

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXIV

FLORIANÓPOLIS, 28 DE MAIO DE 2015

NÚMERO 6.830

MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Aldo Schneider
1º VICE-PRESIDENTE

Leonel Pavan
2º VICE-PRESIDENTE

Valmir Comin
1º SECRETÁRIO

Pe. Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO

Dirce Heiderscheidt
3º SECRETÁRIO

Mário Marcondes
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Silvio Dreveck

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Jean Kuhlmann

**BLOCO SOCIAL PROGRESSISTA
(PSDB E PP)**
Líder: José Milton Scheffer

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Luciane Carminatti

**BLOCO FRENTE RENOVACÃO
(PR, PSB E PPS)**
Líder: Cleiton Salvaro

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: César Valduga

DEMOCRATAS
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Rodrigo Minotto

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
José Nei Alberton Ascari
Ricardo Guidi
Narcizo Parisotto
João Amin
Marcos Vieira
Valdir Cobalchini
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Darci de Matos
Cleiton Salvaro
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Cesar Valduga

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Neodi Saretta - Presidente
Patrício Destro - Vice-Presidente
Maurício Eskudlark
José Milton Scheffer
Dalmo Claro
Luiz Fernando Vampiro
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Serafim Venzon - Presidente
Rodrigo Minotto - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Natalino Lázare
Manoel Mota
Fernando Coruja
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei Alberton Ascari - Presidente
Gean Loureiro - Vice-Presidente
Cleiton Salvaro
Narcizo Parisotto
Serafim Venzon
Luiz Fernando Vampiro
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Rodrigo Minotto - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Ricardo Guidi
Silvio Dreveck
Antonio Aguiar
Valdir Cobalchini

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Patrício Destro
Rodrigo Minotto
José Milton Scheffer
Antonio Aguiar
Gean Loureiro
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Natalino Lázare - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Cesar Valduga
Mauro de Nadal
Manoel Mota
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente
Cleiton Salvaro - Vice-Presidente
Darci de Matos
Rodrigo Minotto
Luiz Fernando Vampiro
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Gean Loureiro - Presidente
Ricardo Guidi - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Cesar Valduga
João Amin
Maurício Eskudlark
Neodi Saretta

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Dirceu Dresch - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Natalino Lázare
Marcos Vieira
Dalmo Claro
Luiz Fernando Vampiro

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Kennedy Nunes - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Ricardo Guidi
João Amin
Antonio Aguiar
Fernando Coruja
Ana Paula Lima
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Romildo Titon - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Ricardo Guidi
João Amin
Antonio Aguiar
Ana Paula Lima
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Valdir Cobalchini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Natalino Lázare
Rodrigo Minotto
Serafim Venzon
Gean Loureiro

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Cesar Valduga - Presidente
Patrício Destro - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
José Nei Alberton Ascari
Patrício Destro
José Milton Scheffer
Romildo Titon
Manoel Mota
Neodi Saretta

COMISSÃO DE SAÚDE

Ana Paula Lima - Presidente
Doutor Vicente - Vice-Presidente
Cleiton Salvaro
Cesar Valduga
José Milton Scheffer
Fernando Coruja
Dalmo Claro

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Patrício Destro - Presidente
Ana Paula Lima - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Doutor Vicente
Fernando Coruja
Romildo Titon
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Doutor Vicente - Presidente
Ricardo Guidi - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Romildo Titon
Neodi Saretta
Cesar Valduga

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Natalino Lázare
Doutor Vicente
Dalmo Claro
Fernando Coruja
Ana Paula Lima

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roger Luiz Siewerdt</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Carla Silvarina Bohn</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIV NESTA EDIÇÃO: 20 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 022ª Sessão Ordinária realizada em 26/03/2015 2 Ata da 005ª Sessão Especial realizada em 30/03/2015 9</p> <p>Atos da Mesa Atos da Mesa 13</p> <p>Publicações Diversas Atas de Comissões Permanentes 13 Extratos 16 Ofícios 16 Projetos de Lei 18 Redações Finais 20</p>
--	--	--

P L E N Á R I O

ATA DA 022ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2015 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Dirce Heiderscheidt - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mario Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Srs. deputados, sras. deputadas e estimados

catarinenses que acompanham esta sessão, assomo esta tribuna para fazer dois registros importantes.

O primeiro deles é sobre o 18º Festival Catarinense de Teatro, que tem uma programação diversificada, com vários gêneros teatrais que vão deste a tragédia, comédia, a produções híbridas e está acontecendo na cidade de Concórdia. O repertório do evento é formado por 26 espetáculos, 29 apresentações, debates, homenagens e ponto de encontro entre artistas e o público. Desde sexta-feira, quando começou, até agora mais de 4.250 espectadores participaram desta programação. Os espaços de apresentação no Teatro Maria Luíza de Matos e Memorial Attilio Fontana têm sido palco de um dos maiores festivais realizados no município. O envolvimento da comunidade é expressivo, e isso demonstra que o movimento no teatro local está fortalecido, devido às ações da associação de grupos de teatro de Concórdia.

Portanto, queria fazer este registro e parabenizar os organizadores e o município de Concórdia por estar sediando esse Festival Catarinense de Teatro e pelo grande envolvimento.

O município tem prezado pelas questões culturais e teatrais. Concórdia tem uma tradição também em grupos teatrais. Nós temos muita satisfação de registrar isso e de

dizer que nos próximos dias será inaugurado, em Concórdia, um centro cultural onde funcionava o antigo fórum da cidade, que foi todo remodelado. Trata-se de um projeto bacana, que começamos a discutir quando ainda éramos prefeito, que foi levado adiante e que será realidade nos próximos meses.

O segundo registro que quero fazer é sobre a campanha de apoio à epilepsia ao redor do mundo e o Dia Roxo, 26 de março, tem essa referência. E faço esta minha intervenção, deputado Dr. Vicente Caropreso, para elogiar a ação que v.exa. estava fazendo para chamar atenção para o tema, tanto é que já está dando resultado e estou repercutindo aqui.

Mas quero parabenizar v.exa. e a sua equipe, que estava na recepção, e associar-me a essa luta que v.exa. trouxe a respeito da epilepsia. Vamos chamar atenção da comunidade para essa questão. Nós temos falado com frequência sobre as questões de saúde, principalmente do combate às hepatites, e criamos aqui, inclusive, uma semana de conscientização e divulgação da prevenção.

Então, essas são ações importantes que o Parlamento pode fazer. V.Exa. dá esse exemplo e hoje nós nos somamos a isso. Estamos à disposição naquilo que pudermos ajudar nessa campanha.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados e público que nos acompanha pela TVAL, quero me incorporar ao pronunciamento do deputado Neodi Saretta quanto ao trabalho importante feito com relação à questão da epilepsia. Senti de perto o problema de disritmia na família. Sei que é um problema grave, mas com acompanhamento e tratamento adequado resolve-se. Vi casos de pessoas que não receberam tratamento adequado e ficaram a vida toda com o problema, e casos em que o problema foi detectado cedo, a pessoa parou a medicação aos 14 anos e teve uma cura completa. Então, ficamos muito felizes.

Queremos registrar também que ontem tivemos a confirmação de que foram dadas todas as licenças ambientais para fazer a obra de contorno da Grande Florianópolis na BR-101. Este deputado, que vem todos os dias de Balneário Camboriú para Florianópolis, sente bem a necessidade desse contorno para o bem-estar das pessoas, que já chegam ao trabalho estressadas. Para fazer o percurso de Balneário Camboriú a Florianópolis leva-se cerca de 50 minutos, mas para entrar na cidade de Florianópolis leva-se em torno de duas horas.

Eu morei em São José, quando estava na diretoria de Combate ao Crime Organizado. Na época, costumava dizer que morava a cinco minutos do centro de Florianópolis. Mas, um tempo depois, passei a levar 35 minutos para chegar à cidade, e, em cinco anos, passei a morar a uma hora e meia do centro, sem mudar de residência. Vejo que a questão da mobilidade é um grande problema que enfrentamos. Ainda bem que não se permite o porte de armas, porque o motorista fica estressado e o motociclista, atrasado, corta os veículos.

Então, na verdade, o trânsito que enfrentamos na parte da manhã afeta o psicológico das pessoas o dia todo. As pessoas já chegam ao ambiente de trabalho estressadas. Os problemas de mobilidade, além de afetarem a economia, afetam o ser humano no seu dia a dia.

Ficamos felizes que foram vencidas as etapas das licenças ambientais, que neste país é o que mais têm demorado e atrasado as obras. Esperamos que essa obra seja concluída dentro do previsto para que possamos ter mais facilidade no acesso a Florianópolis. Vejo essa obra como uma das mais importantes para o desenvolvimento e o bem-estar da população. É claro que com o contorno já se resolverá o problema do acesso à Grande Florianópolis, mas ainda teremos que trabalhar na questão da ligação ilha-continente.

Como já disse desta tribuna, a Polícia Rodoviária Federal deveria ter um sistema de fiscalização permanente e de monitoramento da Via Expressa por câmeras, com guincho e motos à disposição para desobstruir o trânsito, porque às vezes ocorre um simples encostão entre os carros e o trânsito todo para.

O transtorno que os problemas de trânsito causam é muito grande. Esta Casa precisa acompanhar essa obra do contorno, que é tão importante para o estado de Santa Catarina, bem como o acesso entre a ilha e o continente.

Ontem, li no *Diário Catarinense* uma matéria do jornalista Sérgio da Costa Ramos,

em que ele faz um comparativo, no país, entre o que está sendo investido em estádios para as Olimpíadas e o que se investe em presídios para a solução do problema prisional, que é uma das maiores questões no Brasil. Há necessidade do aumento do número de vagas para detentos, bem como melhorar a possibilidade de recuperação aos presos para que não haja as facções nos presídios, pois isso acaba causando a corrupção de agentes, como vimos em Blumenau. É necessário investimentos em todo o país e neste estado.

Agora está quieta a questão do Complexo Penitenciário da Agronômica, mas há dez anos já se fala da sua desativação. Era para ser construído um novo presídio. A questão prisional é outro tema que precisa ser abordado. O governo precisa olhar o assunto com prioridade. Quem está ligado ao setor sabe do risco que a sociedade corre. Há preocupação com a atual estrutura do Sistema Prisional, com a organização dos grupos criminosos, principalmente dentro dos presídios, e como isso pode afetar a sociedade.

Nós vimos isso já no estado de Santa Catarina, em algumas ações, e também vimos lá em Criciúma, onde houve um movimento dos presos dentro do presídio, o que transtornou o referido município e todo sul do estado.

Então, temos que dar um enfoque importante à questão de segurança e do Sistema Prisional para dar tranquilidade e segurança à nossa sociedade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Esse assunto sobre mobilidade urbana foi muito debatido no Fórum Parlamentar, presidido pelo deputado Gean Loureiro, e está-se buscando algumas saídas. Esperamos que a solução venha em curto prazo, porque a situação está ficando insustentável. Eu, pelo menos todos os dias de manhã, levo uma hora e meia para chegar à Assembleia.

Gostaria de registrar a presença dos alunos da Escola Municipal Tiroleses, de Timbó, acompanhados da professora Elizandra M. Beber. Sejam bem-vindos a esta Casa Legislativa!

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dr. Vicente Caropreso, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Bom-dia, sr. presidente; sras. deputadas e srs. deputados presentes!

Hoje é um dia especial em que comemoramos - e agradeço todo apoio recebido da Casa, através de seus funcionários, em relação a essa data -, mundialmente, o Dia Mundial de Conscientização da Epilepsia.

Agradeço, sobremaneira, o apoio dos srs. parlamentares, da diretoria de Imprensa da Casa e toda forma de auxílio que recebemos.

Acima de tudo, quero registrar que tudo isso somente foi possível graças à participação da professora e dra. Kátia Lin, neurologista, titular do Serviço de Neurologia do Hospital Universitário, que está aqui assistindo a sessão, juntamente com a sua equipe e também algumas pessoas portadoras do problema.

Numa simples conversa que tive com três deputados, pude saber que eles tiveram problemas na família, e um deles o próprio deputado.

Então, estima-se que esse problema afeta 134 mil pessoas no estado. Não é pouco, é um problema de saúde pública que envolve o oferecimento de consultas especializadas para

pessoas portadoras de epilepsia e de medicamentos. Cada vez mais a ciência desenvolve novos medicamentos e precisamos de todos eles disponíveis na rede SUS, seja de uma maneira direta, através dos postos de saúde ou então das unidades centrais de saúde nos diversos municípios do estado, seja através do estado, que pode repassar após a análise se cabe ou não aquilo para o paciente.

Assim, vejo que as coisas caminham positivamente, as pessoas ficam cada vez mais alertas e com mais informações sobre os problemas, mas ainda reside muita dúvida, muito preconceito e a qualidade de vida dessas pessoas merece toda a nossa atenção.

Inclusive, quero dizer que entrei com um projeto de lei para tornar o dia 26 de março perene, ou seja, parte do calendário de Santa Catarina como dia de luta e para a divulgação da epilepsia.

Eu espero que esse esforço não tenha sido em vão e com toda essa divulgação que estamos fazendo na imprensa - hoje acordamos cedo e estivemos em vários órgãos de comunicação -, nós estamos fazendo a nossa parte e o Parlamento catarinense a sua parte para depois divulgar e melhorar a qualidade de vida das pessoas.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Pois não, deputado, médico, Antônio Aguiar!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Eu gostaria de saudar o presidente em exercício, deputado Mario Marcondes; v.exa., como médico neurologista; e a dra. Kátia e seus assessores.

Quero dizer à comunidade catarinense que essa é uma preocupação importante do Parlamento catarinense.

Está de parabéns v.exa., deputado Dr. Vicente Caropreso. A epilepsia é, sem dúvida nenhuma, uma doença que ataca grande parte da população e merece, sim, a nossa preocupação nos atendimentos e encaminhamentos. Esse dia deve ser lembrado para que o governo e as entidades se preocupem com essa doença que tem que ter encaminhamentos especiais e v.exa., como especialista em neurologia, o faz com propriedade.

Parabéns, deputado Dr. Vicente Caropreso!

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar.

O Sr. Deputado Natalino Lázare - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Pois não! Concedo um aparte a v.exa., deputado Natalino Lázare.

O Sr. Deputado Natalino Lázare - Eu gostaria de cumprimentar o presidente desta sessão, meu amigo deputado Mario Marcondes, e também v.exa.

Eu tenho um irmão que é epilético e sei o quanto isso aflige a nossa família, o quanto essa doença é grave e realmente merece esse tratamento que o senhor está propondo, e que irá melhorar a vida do paciente daqui para frente.

Gostaria de cumprimentá-lo, deputado, pela aula que foi dada no canal de televisão sobre epilepsia, e não foi apenas uma entrevista. Eu penso que deve ser registrado nesta Casa, sr. presidente, nos anais da história do Legislativo, que temos um deputado que, hoje, deu uma verdadeira aula sobre um problema muito sério para as famílias catarinenses.

Parabéns, deputado!

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Muito obrigado, deputado Natalino Lázare.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Pois não! Concedo um aparte a v.exa., deputado Fernando Coruja.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Deputado Dr. Vicente Caropreso, quero cumprimentá-lo pela iniciativa. V.Exa., que é neurologista, um médico de qualidade, reconhecido em Santa Catarina, traz para esta Assembleia um tema dessa magnitude.

Também quero cumprimentar a dra. Kátia e a sua equipe.

Deputado Dr. Vicente Caropreso, a Assembleia e o governo precisam trabalhar visando dar apoio à Universidade Federal de Santa Catarina para esse trabalho, pois é preciso ampliar o serviço e novos equipamentos. Não é necessário muito recurso, mas 1/3 dos epiléticos precisam desse serviço, segundo a dra. Kátia. E nós precisamos apoiar essa iniciativa e também v.exa. nesse trabalho que está sendo feito.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Muito obrigado, deputado Fernando Coruja.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Pois não! Concedo um aparte a v.exa., deputado Neodi Saretta.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Deputado Dr. Vicente Caropreso, eu já fiz menção a essa data anteriormente, na tribuna, mas faço questão de me pronunciar, mais uma vez, dada a importância do tema e por aquilo que representa esse dia 26 de março, que se propõe ser o Dia Mundial de Conscientização da Epilepsia.

Quero também parabenizá-lo pelo trabalho que v.exa. faz, por trazer esse tema e pelo trabalho de divulgação.

Assim, queremos nos somar a isso, manifestar a nossa solidariedade e dizer que estamos juntos nesse movimento.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

O Sr. Deputado Dalmo Claro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Pois não! Concedo um aparte a v.exa., deputado Dalmo Claro, meu companheiro de residência médica e grande endocrinologista.

O Sr. Deputado Dalmo Claro - Quero cumprimentar o sr. presidente e srs. deputados.

Esse trabalho do deputado Dr. Vicente Caropreso, da dra. Kátia e de todos os neurologistas é importantíssimo no esclarecimento à população sobre doenças crônicas. A epilepsia, mais do que outras, como diabetes, cardiopatias, etc., é uma doença muito estigmatizada na população. Já melhorou muito. Lembramos do nosso tempo de faculdade, há trinta e tantos anos, e do estigma forte que se tinha sobre esses pacientes na sociedade: preconceito, às vezes repulsa, inclusive. Isto já melhorou bastante, porque o tratamento melhorou. Hoje vemos muito menos crises epiléticas nas ruas do que se via antigamente. Mas esse trabalho não pode diminuir. Pelo contrário, tem que crescer e ser incentivado.

Então, meus parabéns a v.exa., deputado, e a toda a equipe de neurologia que faz esse trabalho.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Então, quero, mais uma vez, agradecer a esta Casa, aos deputados, e a todas as pessoas que fazem parte da minha equipe e da equipe de Neurologia do Hospital Universitário.

Certamente deveremos pedir o esforço do secretário, deputado federal João Paulo Klenübing, para conseguir os recursos para que seja realizado na universidade o videoeletroencefalografia, que é o exame fundamental, primordial, para encaminhar as pessoas à cirurgia de epilepsia.

Terminando o meu pronunciamento, sr. presidente, quero dizer que, quando estava na RBS, hoje, dando a entrevista, eu percebi que o próprio jornal estava alarmado com o índice de Dengue no estado.

Realmente trouxemos para este Parlamento essa situação e, como vice-presidente da comissão de Saúde, solicitamos a presença do diretor da Divisão de Vigilância Epidemiológica do estado para debater o quanto antes e ver também o que este Parlamento consegue ajudar em termos de divulgação e solicitação de meios que se possa oferecer para que a população se veja livre desse problema, que é evitável. Depende apenas do trabalho humano, de conscientização e de participação popular para que tenhamos reduzidos esses índices alarmantes que envergonham a nossa comunidade. Em tempos de hoje, uma doença simples de tratar e depende apenas de conscientização.

Agradeço, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado José Milton Scheffer, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Bom-dia, srs. deputados e sras. deputadas!

Quero cumprimentar o deputado e ex-governador Leonel Pavan, que preside esta sessão, e também o deputado Mario Marcondes.

Trago à tribuna um assunto que interessa a todos nós, catarinenses e brasileiros, que é a questão da dívida dos estados. Hoje esse é um tema do Congresso Nacional, mas está influenciando a vida de todos nós, catarinenses.

O que os catarinenses têm a ver com esse debate que está ocorrendo no Congresso Nacional? No ano passado, a presidente Dilma Rousseff sancionou uma lei que permitiu, no calor das eleições, a rolagem da dívida dos estados e a troca do indexador por um mais baixo.

Santa Catarina tem uma dívida que já pagamos algumas vezes, e ela não baixa. Em 2013, fizemos um empréstimo e pagamos uma dívida da Celesc, que já tinha sido paga, para podermos matá-la, porque ela não morria. Nós pagávamos, pagávamos e ela crescia ainda mais.

Sensibilizada inclusive por causa da prefeitura de São Paulo, a presidente Dilma Rousseff apresentou uma lei que foi aprovada e que depois não foi regulamentada. E isso tem drenado o nosso estado de recursos.

Nós temos visto nesta tribuna uma série de debates, no dia a dia, sobre as necessidades dos catarinenses que acabam não sendo atendidas por uma questão financeira, por falta de recursos do governo de Santa Catarina que, mensalmente, tira mais de R\$ 130 milhões da nossa receita, dos catarinenses, para pagamento de dívidas junto ao

governo federal. A presidente sanciona, mas depois não regulamenta.

Agora o Congresso Nacional, o Senado Federal, cumprindo o seu papel de representante dos estados, aprova essa lei que está na Câmara dos Deputados para ser votada e que vai obrigar, em 30 dias, o governo federal a trocar os índices de indexação da correção das dívidas dos estados com a união, independentemente da regulamentação.

Primeiro, como deputado, quero parabenizar os senadores e os deputados federais por essa iniciativa. Esse é um trabalho justo e necessário. Vejam que a lei sancionada pela presidente, ainda não regulamentada, prevê a troca do indexador atual, do IGP, mais juros de 6% até 9%, pelo índice nacional de preços, o IPCA, que vai baixar para 4% em média, ou a taxa Selic, prevalecendo aquele que for menor. Quatro por cento já é uma taxa alta, mas vai baixar, pelo menos, uns 9% ao mês. O texto do projeto aprovado pelos deputados estabelece aplicar esse novo indexador em 30 dias.

O governo federal, ao não regulamentar, está punindo estados e municípios, que são os entes da federação que executam os serviços públicos diretamente ligados à nossa população. E impede tanto os prefeitos como os governadores de utilizarem esses recursos, inclusive, no pagamento de salários de funcionários, dos trabalhadores. E aqui em Santa Catarina estamos vivendo um grande debate dos trabalhadores da área da Educação, Saúde e Segurança Pública.

A redução dessa dívida vai representar uma economia para o estado de Santa Catarina, só na troca do indexador, de R\$ 140 milhões por ano no caixa do governo. Serão cerca de R\$ 12 milhões a R\$ 13 milhões todos os meses que vamos economizar. Vamos continuar pagando em torno de R\$ 100 milhões, mas vamos economizar cerca de R\$ 12 milhões, R\$ 13 milhões ou R\$ 14 milhões todos os meses, e mais de R\$ 140 milhões por ano, o que daria para resolver o problema dos hospitais e da infraestrutura do nosso estado. Isso é um desafogo das caixas tanto do estado quando dos municípios, que já estão comprometidos ao máximo.

O custeio da folha salarial dos nossos municípios já está batendo a casa dos 50%, e do estado a mesma coisa. E esses juros altos têm drenado as nossas receitas.

Segundo o secretário da Fazenda, Antônio Gavazzoni, somente este ano, a renegociação da dívida do estado com a união, por meio desse novo indexador, permitiria um investimento que o estado não tem, com recursos próprios, hoje, de mais de R\$ 12 milhões, R\$ 13 milhões por mês. Para obter esse valor líquido por mês, o estado teria que arrecadar a mais, cobrar dos nossos empresários, cerca de R\$ 20 milhões. Esse dinheiro já é nosso. É apenas um índice. Não é justo que o governo federal cobre dos estados mais de 10%, 12%, 14% de juros anuais de empréstimos que foram utilizados para fazer obras em bem da sociedade.

Ao invés de estarmos aumentando impostos, vamos trocar esse indexador e fazer uma economia, permitindo que o caixa do governo do estado tenha uma sobrevida.

Agora, o Senado Federal vai fazer o seu papel, assim como o Congresso Nacional também. Alguém pode perguntar: "Quanto é que Santa Catarina deve para o governo federal"? Aproximadamente R\$ 23 bilhões, a economia é projetada, aproximadamente, nos R\$ 5,8 bilhões até 2028.

Então, é uma economia, srs. deputados, da qual nós, catarinenses, não podemos

abrir mão, em nome do nosso povo. Temos que pressionar os nossos senadores, os nossos deputados federais e a presidente Dilma Rousseff para que regulamente isso ou renegocie com os estados uma forma de fazer. Ou, então, que o Congresso Nacional, usando da sua prerrogativa, troque esse indexador por um mais justo e dê uma sobrevida para os estados, para os municípios e para nós, catarinenses, que neste momento de crise não podemos pagar juro de agiotagem. O que estamos fazendo, hoje, é o seguinte: a união agiotando em cima dos municípios e estados, e é preciso mudar isso.

Por isso, neste nosso pronunciamento, como ex-presidente da Fecam e deputado estadual, quero, primeiro, apoiar o congresso da Fecam, que ocorreu na última semana, em Florianópolis, no Centro Sul, e trouxe temas do municipalismo para o debate. Um deles é o indevidamente e a falta de recursos nos caixas das prefeituras de Santa Catarina e também do estado, e que parte pode ser resolvida apenas pela troca do indexador.

Nós, catarinenses, queremos pagar o que devemos, mas queremos pagar com um juro que seja pelo menos justo. É este o pedido deste deputado.

Eu quero também, na manhã de hoje, cumprimentar o deputado Dr. Vicente Caropreso pelo projeto e pela sua ação, trazendo aqui toda essa ação em torno da epilepsia, que é uma doença que mexe não somente com a pessoa que sofre desse transtorno neurológico, mas também mexe com toda a família.

Por isso, é muito relevante e v.exa. merece os nossos cumprimentos por toda essa ação.

Quero dizer também que no último sábado, dia 21 de março, foi o Dia Internacional da Síndrome de Down. Esse é um tema também de grande relevância, em que se trabalha a inclusão social e que merece o apoio desta Casa e de todos nós.

Quero cumprimentar a Federação Catarinense das Associações de Síndrome de Down, que tem sede em Balneário Camboriú e merece o nosso reconhecimento e o nosso aplauso por todo o trabalho que vem fazendo para trazer a prevenção e a qualidade de vida às pessoas com Síndrome de Down em nosso estado.

Em meu nome, quero cumprimentar todas as instituições, associações e entidades que trabalham com a Síndrome de Down em nosso estado, nas áreas da saúde e da inclusão social, uma vez que é um trabalho que vem trazendo mais qualidade de vida aos portadores. Nós queremos não somente a inclusão social, mas também abrir um espaço no setor da educação, da saúde, de trabalho e de diversão para essas pessoas.

Na verdade, a Síndrome de Down é uma alteração genética causada por um cromossomo a mais que o cidadão traz com ele. Ela não modifica em nada, não é uma doença, é apenas um cromossomo a mais, mas isso tem causado uma série de transtornos para as famílias e pessoas que possuem essa síndrome, e com isso dificultado a sua vida.

Existe um grupo muito grande de pessoas em Santa Catarina trabalhando para romper essa barreira e promover a inclusão desses portadores. Afinal de contas, todos nós somos diferentes. O que nos identifica é a forma como cada um vê a diferença no outro, e precisamos nos ver como diferentes, mas tratar todos de forma igual.

Por isso, o nosso cumprimento a todas as associações e pessoas que trabalham a questão da Síndrome de Down.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Esta Presidência também quer cumprimentar todas as pessoas que estão envolvidas em projetos que atendem as crianças, e principalmente as que dependem das Apaes de Santa Catarina, em especial a Apaes de Florianópolis, que está capitaneada pela deputada Dirce Heiderscheidt e pelo deputado Dr. Vicente Caropreso.

Quero saudar a Apaes de Palhoça, através de seus responsáveis, que são a professora Liandra Martins e a coordenadora Enedir. Sejam todas bem-vindos! Contem com esta Casa!

Gostaria de dizer que, além dos vários projetos que tivemos nesta Casa, como o do ex-deputado Julio Garcia e agora do deputado Dr. Vicente Caropreso, nós também temos um projeto que retira o imposto da energia consumida nas Apaes de Santa Catarina, o que vai facilitar a vida de todos que precisam da nossa atenção e do nosso carinho.

Quero registrar a presença, neste plenário, do sr. Gilberto Jesus Mendes, vereador de Itajaí, do sr. Silvio Irã e do sr. Odilo José da Veiga. Sejam todos bem-vindos e saibam que esta Casa está à disposição!

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Quero registrar a presença, neste Parlamento, do prefeito de Caxambu do Sul, Vilmar Foppa, que vem acompanhado de dois médicos: o dr. Giovanni e o dr. Cleomar, que, com certeza, irão prestar um excelente trabalho em prol da população desse pequeno município.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Deputado Mauro de Nadal, nós também queremos dar as boas-vindas aos visitantes, em nome desta Casa.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Jean Kuhlmann, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela Rádio Alesc Digital e pela TVAL, o que me traz, hoje, à tribuna é um assunto de extrema importância para a nossa região, o vale do Itajaí, mais especificamente uma audiência pública realizada ontem no município de Botuverá para tratar da questão da nova barragem de contenção de águas naquele município.

Estiveram presentes na audiência o presidente da Fatma, sr. Alexandre Waltrick Rates; o secretário de Defesa Civil, sr. Milton Hobus; e os representantes das empresas que executaram o projeto. Posso dizer que o que vimos ontem foi a magnitude e a importância dessa obra, que deve ter um custo aproximado de R\$ 80 milhões para a sua implantação, sr. presidente e srs. parlamentares.

Quero, neste momento, iniciar a minha fala parabenizando o presidente Alexandre Waltrick Rates, presidente da Fatma, pela sua postura e conduta na audiência pública, dando liberdade para que todos pudessem se expressar, permitindo que todos fizessem perguntas e tirando dúvidas. Enfim, realmente o presidente da Fatma foi um maestro nessa audiência pública em termos de credibilidade, condução e respeito a todos que estavam presentes na audiência.

Também quero parabenizar o secretário Milton Hobus, que está correndo atrás de recursos, trabalhando no sentido de viabilizar e tornar essa obra verdadeira para aquela comunidade, uma obra que realmente saia do papel e torne-se concreto para proteger a vida das pessoas do vale do Itajaí.

Então, parabéns ao secretário Milton Hobus e a toda a equipe técnica!

Sr. presidente e srs. parlamentares, essa obra faz parte do contexto do complexo de prevenção de cheias instalada, hoje, no vale do Itajaí graças ao trabalho do governador Raimundo Colombo, que conseguiu também recurso no federal para fazer uma ação conjunta entre o estado e a união, num grande pacto de prevenção de cheias no vale do Itajaí, deputado Neodi Saretta.

Nós estamos vendo, hoje, as obras de alteamento das Barragens de Taió e de Ituporanga, que garantem a segurança e a retenção de mais água, com isso amenizando os efeitos de grandes chuvas naquela região para quem estiver depois da barragem, por exemplo, em Rio do Sul, Blumenau e Itajaí.

Além disso, há outras pequenas obras, e uma delas, prevista, é a obra da Barragem de Botuverá, onde estivemos ontem. Srs. parlamentares, é uma obra muito importante para o município de Brusque, onde mora o nosso amigo deputado Serafim Venzon, que também esteve presente nessa audiência pública, para Itajaí e para o vale como um todo, fazendo parte dessa grande programação de ações no sentido de contenção de cheias no vale do Itajaí.

Para v.exas. terem ideia, gostaria de dizer que a barragem faz parte desse pacote de ações do governo do estado para conter águas, e nesse caso específico águas que atingirão o rio Itajaí-Mirim, principalmente, como falei, as cidades de Brusque e Itajaí.

Pelo projeto, a Barragem de Botuverá, diferente de outras barragens - e isso me chamou muito atenção e fiz questão de parabenizar a empresa projetista, o presidente da Fatma e o secretário Milton Hobus -, será uma barragem de múltiplo uso. O que quer dizer isso? Na verdade, será uma barragem que vai permitir a geração de energia no futuro e, ao mesmo tempo, servirá como reserva de água para os municípios de Brusque, Itajaí, Balneário Camboriú e Itapema, garantindo a reserva de água necessária para estes municípios, pela previsão atual aproximadamente até 2030 a 2035. Ou seja, estamos tratando de uma obra que vai trabalhar a prevenção de cheias, que tem a possibilidade de fazer a geração de energia e que vai garantir a reserva de água para consumo humano, uma água extremamente pura que virá direto da nascente e dará pouco trabalho para fazer a sua depuração e tratamento químico para o consumo humano.

Então, é uma obra extremamente importante que tem esses três usos fundamentais.

Além disso, poderíamos agregar outros tipos de uso, como, por exemplo, a construção dessa barragem permitirá que no município de Botuverá, que tem uma característica muito forte na questão de preservação da natureza, das grutas, do turismo rural e do turismo de natureza, possa ser criada também uma reserva permitindo que seja utilizada para esporte aquático e turismo, ou seja, fortalecerá o município na questão turística.

Então, além do múltiplo uso com a possibilidade de fazer reserva de água para o consumo humano, geração de energia e

prevenção de cheias e catástrofes naturais, teremos a possibilidade de criar mais um atrativo turístico para aquele município.

O projeto de construção prevê que a obra seja construída de concreto compactado a rolo. A barragem terá 37,6m de altura e a profundidade estimada é de 16,6m, com 3,5km de extensão. Trata-se de uma barragem que vai atingir uma área grande e será construída a 15km do centro do município. O custo da obra, com todas as desapropriações, além da construção, está estimado em R\$ 100 milhões.

A obra, a partir do momento que for licenciada, que iniciar, que toda parte burocrática estiver resolvida e a primeira máquina começar a trabalhar, tem a previsão de ser entregue 25 meses depois.

Além da questão da reserva natural, vai reter, no caso de uma enchente, aproximadamente 16 milhões de metros cúbicos de água, o que mostra, srs. parlamentares, a importância dessa obra não apenas para Botuverá, mas para o vale do Itajaí, porque 16 milhões de metros cúbicos de água em Brusque ou em Itajaí representam alguns metros de enchente.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Parabéns pelo seu pronunciamento e por destacar a importância dessa obra para o vale do rio Itajaí, especialmente para a região de Brusque, pois aquele volume de água que será retido corresponde, aproximadamente, ao volume total de água que caberia no rio do local da barragem até Brusque, cerca de 25km de extensão do rio.

Então, como demora em torno de seis a sete horas, aquela barragem significará para Brusque o mesmo que parar de vir água durante seis ou sete horas. Quer dizer, tempo que daria para esvaziar.

A obra é muito importante para a região e certamente vai fazer com que as pessoas reflitam, pois quando alguém fecha um buraco ou faz um aterro em qualquer lugar da bacia, é evidente que está despachando aquela água para o rio com uma velocidade maior. Ou seja, está descompensando aquilo que a barragem estaria fazendo.

Então, imagino que essa obra também deverá servir para todos habitantes do vale refletirem, que além da barragem teremos que ter consciência de outras ações que serão muito importantes.

Quero agradecer a v.exa., que esteve ontem na audiência, assim como a colaboração de muitos deputados. Botuverá, hoje, está recebendo um conjunto de investimentos, graças ao apoio de diversos deputados, assim como do governo do estado e do governo federal.

Essa obra não beneficiará muito Botuverá nem a comunidade local, mas beneficiará Brusque. Mas imagino que, no futuro, consigamos dar alguma compensação para aquelas comunidades, justamente por esse grande favor especial de permitir que se faça uma barragem naquele local.

Muito obrigado por v.exa. ter participado daquela audiência também!

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Agradeço o aparte de v.exa.

Com certeza, essa obra será muito importante para Brusque. Se fizermos uma pequena soma, veremos que na barragem existem três níveis de água que são calculados. O primeiro é chamado nível morto. Este nível vai mantendo uma reserva de 0,8 milhões de metros cúbicos de água. Além do nível morto,

existe o nível para abastecimento humano, ou seja, o nível que se mantém para fazer a capacitação de água que beneficiará Brusque, Itajaí e Balneário Camboriú até 2030 a 2035. É uma reserva de, aproximadamente, 3,7 milhões de metros cúbicos de água. E a retenção, no caso de uma enchente, é de cerca de 15,7 milhões de metros cúbicos de água, totalizando cerca de 20,2 milhões de metros cúbicos de água, deputado Ismael dos Santos, que serão mantidos na reserva da barragem para justamente proteger Brusque e Itajaí de grandes inundações.

Não vai resolver o problema, é óbvio, porque, às vezes, a natureza castiga muito mais e manda muito mais água para aquela região, mas serão 20 milhões de metros cúbicos a menos de água numa enchente, ou seja, fará uma diferença!

Essa obra realmente é muito importante e quero parabenizar o governador Raimundo Colombo pela sua coragem e determinação, pois criou uma secretaria de Defesa Civil que foi iniciada com o secretário Geraldo Althoff e agora está com o secretário Milton Hobus, nosso companheiro deputado estadual, que acreditou nessa ideia.

Eu tive oportunidade de acompanhar o governador ao Japão e ver, na prática, o que a Jica fez. Realmente o governador está de parabéns, porque ele acreditou num sistema de prevenção de cheias do vale do Itajaí e espero que possamos ver isso realizado, pois é um grande sonho para todos os moradores do vale.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Nobre deputado, quero parabenizar v.exa. pela luta e dizer que tenho acompanhado o trabalho de v.exa. nesta Casa, especialmente na Frente Parlamentar que diz respeito a essa matéria.

Entendo que a contensão de cheias do vale Itajaí talvez seja a mais importante obra em parceria, hoje, entre o governo do estado e o governo federal. Trata-se de um milhão de pessoas que estará sendo protegida, sem contar toda essa questão do patrimônio, os prejuízos que uma enchente traz e que, de forma periódica, temos enfrentado no vale do Itajaí.

Portanto, queremos nos unir a essa frente parlamentar para que de fato possamos acompanhar a questão das barragens e, em especial, dar essa garantia aos moradores do vale do Itajaí.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Obrigado, deputado Ismael dos Santos.

Realmente a construção do sistema de proteção de cheias do vale do Itajaí é a maior prova daquilo que o governador sempre diz para nós, quando nos encontra: "Briga política não constrói posto de saúde, não constrói escola, não resolve a vida das pessoas". E ele conseguiu, através da união do governo federal e do governo do estado, buscar algo muito importante para...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PT.

(Pausa)

Não havendo deputados do PT que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PCdoB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PCdoB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao Bloco Frente Renovação: PSB, PR e PPS.

(Pausa)

Não havendo deputados do Bloco Frente Renovação que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao Bloco Social Progressista: PP e PSDB.

Como farei uso da palavra neste momento, peço ao deputado Aldo Schneider que assuma a Presidência da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra o sr. deputado Leonel Pavan, representando o Bloco Social Progressista, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, quero registrar, primeiramente, o aniversário de Caçador, que ocorreu na quarta-feira. Infelizmente, não pude fazer menção a este município que completou 88 anos, em função de outros compromissos, e acabei deixando passar.

Mas quero apenas deixar registrada a minha homenagem àquela cidade, porque ao longo de minha vida pública tive o prazer, a alegria e o dever de atender a dezenas de municípios de Santa Catarina. Não há um município no estado que não tenha alguma digital nossa referente a alguma obra destinada pelo governo do estado, quando era vice-governador, governador e, em especial, senador da República.

Para Caçador, fui o responsável quase que direta ou indiretamente por algumas obras, como o Portal Turístico de Caçador, o Parque Central, que é uma área destinada ao lazer. Os municípios têm vários parques lindos, enormes, que são de grande utilidade para a comunidade, e o de Caçador, realmente, é um parque que faz a diferença e que foi colocado à disposição daquele município. E eu tive o prazer e a alegria de contribuir para a sua construção.

Nós assinamos alguns convênios com a cidade, entre eles também o acesso ao Aeroporto Regional. Quando fui para a cidade de Caçador, sendo recebido pelo então prefeito Saulo Sperotto e também por alguns empresários, era um dia chuvoso e o acesso estava horrível. E nós determinamos lá mesmo que fosse feita uma licitação e pavimentado o acesso do Aeroporto Regional Costa Neves.

Contribuímos também com a obra do Centro Multiuso da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe. A questão chegou mais ou menos em torno de R\$ 4 milhões. Contribuímos, da mesma forma, com a construção do posto de saúde do Centro de Referência de Assistência Social, a pista de arremate do Parque das Araucárias, o Centro de Educação Multidisciplinar, no Caic, no bairro Martello. Enfim, essas foram algumas das obras que tivemos o prazer de contribuir com a cidade de Caçador.

Mesmo que não tenhamos feito as nossas saudações na quarta-feira, quero aqui, tardiamente, saudar o município de Caçador.

(Passa a ler.)

"Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, não há mais dúvidas de que o Brasil está em crise e que ela não é passageira. Como consequência de anos de indecisões obscuras, pelo mais estreito ranço ideológico, a economia nacional entrou em recessão e pode demorar anos para sair dessa desconfortável condição. Esse ranço ideológico

poderá criar ainda mais conflitos na questão social e na questão econômica.

Os sinais de que enfrentaremos um período de dificuldades são sólidos e variados, o que generaliza o temor de que o nosso calvário venha a ser mais longo do que previam as primeiras análises. Mas aquilo que realmente assusta a população brasileira é a postura inerte e, por vezes, indiferente, apática do governo que a cada dia que passa cai ainda mais no descrédito. Para eles, é como se nada estivesse acontecendo! Parece que está tudo normal. Mas nós estamos sentindo, a cada dia que passa, os problemas atingindo o emprego, a economia, as indústrias. Mas parece que as coisas não estão sendo vistas desta forma por alguns setores do governo.

Sabemos, sras. deputadas e srs. deputados, que a solução de todo e qualquer problema passa, necessariamente, pelo seu reconhecimento. Temos que reconhecer as dificuldades!

Infelizmente, no caso da economia brasileira, o governo parece decidido a negar o óbvio e a fazer todo tipo de ginástica retórica para não admitir as suas vicissitudes. A julgar por recente declaração da presidente da República, que afirmou que a fase pela qual o Brasil está passando é reflexo da crise internacional de 2008. E essa crise já está superada pela maioria absoluta dos países. Teremos que conviver, nos próximos meses, com ainda mais falácias e menos ações efetivas."

Só para lembrar, como falo no horário destinado ao meu partido político, quero dizer que na época o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que a crise internacional não atingiria o Brasil, que ela era uma morolinha, que não existia. E agora, após sete anos, a presidente fala que essa crise é em função da crise internacional de 2008.

(Continua lendo)

"Afinal de contas, um cerco descolamento da realidade vem sendo a tônica de um governo que inventou a contabilidade criativa e que se especializou em fazer previsões que nunca se confirmaram. O fato de estarmos entrando em recessão é apenas o cume de uma escalada que começou há bastante tempo, já que o Produto Interno Bruto (PIB) vinha, insistentemente, crescendo de modo tímido e muito aquém das nossas necessidades."

Sr. presidente, temos reuniões seguidas com conselhos políticos, com o Instituto Teotônio Vilella, e essas reuniões sempre acabam provocando algumas outras com o setor produtivo. E dessas reuniões sempre acabam surgindo novos encontros com os trabalhadores, com setores que estão sentido na carne que, infelizmente, o Brasil está indo laadeira abaixo.

Isso é visível, não é um pronunciamento de um deputado do PSDB, que é oposição ao governo federal, não é um pronunciamento de alguém que torce para o quanto pior, melhor. Eu também sou empresário e estou falando, meu amigo deputado Mario Marcondes, sobre a realidade do nosso país.

Santa Catarina não está sentindo tanto ainda porque os próprios números apresentados pelo governo estadual mostram que somos um estado diferenciado dos demais. Santa Catarina consegue ainda sobreviver em função da produção, arrecadação, exportação e quantidade de empresas que produzem para o estado, o Brasil e o mundo, e isso gera uma certa riqueza para o estado.

Está-se vivendo um momento melhor. É claro que temos que reconhecer que houve - e quero enaltecer isso - por parte do governo federal, BNDES e Banco do Brasil, a liberação de uma fortuna enorme para Santa Catarina para que essa crise não fosse tão sentida aqui. Foi aí que ficou a questão de com o governador tinha um certo compromisso com a presidente Dilma Rousseff.

Mas, mesmo com tudo isso, Santa Catarina, começa a sentir a crise na construção civil, na produção do setor calçadista e do setor têxtil. Não podemos tapar o sol com a peneira. Tenho certeza de que os parlamentares do Brasil inteiro que estão do lado do governo federal sentem que isso é real, que não dá, muitas vezes, para usar a tribuna ou ir para a imprensa fazer uma defesa, se está constatado no Brasil e no mundo que a crise pegou em cheio a nossa nação.

E não estamos falando aqui sobre o problema da Petrobras. Essa é outra questão que cabe à Justiça analisar. Estamos falando em gestão!

Fernando Henrique Cardoso iniciou seu governo com uma inflação de 60%, 70%, 80%, 90%. Depois o governo foi para as mãos do Lula, que conseguiu levar o país - e isso tem que ser reconhecido -, criou enormes avanços na área social - e isso tem que ser reconhecido -, avançou! Mas, com avanço, acabou perdendo força porque foi com as pernas que Fernando Henrique Cardoso tinha, mas não conseguiu acompanhar, porque faltaram projetos, competência e gestão. Os passos foram diminuindo e isso recaiu em cheio na atual presidente.

O Brasil subiu, teve um acompanhamento e passou a descer. E agora estamos sofrendo com grandes dificuldades, em função de um governo que disse uma coisa no passado e, infelizmente, está fazendo outra. Isso realmente não é bom para nós, brasileiros.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Agradecemos a v.exa., que trouxe um tema extremamente pertinente, da atualidade e que requer de todos os catarinenses cuidado nesse momento, e até porque estamos vivendo um momento internacional nessa questão econômica.

Parabéns pelo seu pronunciamento!

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Segurança Pública apresentou parecer favorável aos ofícios n.s: 0543/2014 e 0708/2014.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0054/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, a Indicação n. 0161/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta.

Comunica também que defere de plano os Requerimentos n.s: 0164/2015, de autoria do deputado Cleiton Salvaro; 0166/2015, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0167/2015, de autoria deputada Luciane Carminatti; 0168/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0169/2015, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0170/2015, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0171/2015, de autoria do deputado Cesar Valduga; e 0172/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan.

Esta Presidência submete à deliberação do Plenário as seguintes proposições:

Requerimento n. 0165/2015, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que solicita o envio de mensagem ao presidente do Tribunal de Contas do estado, requerendo cópia do relatório técnico da auditoria realizada no período compreendido entre maio de 2013 a novembro de 2014 nas secretarias de estado de Desenvolvimento Regional.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0067/2015, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações acerca da situação das obras de pavimentação asfáltica da rodovia SC-450 (Serra do Faxinal); o valor total orçado para a realização da obra e o montante utilizado até a presente data; bem como a atual etapa contratada, cronograma e prazo de conclusão.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0068/2015, de autoria do deputado Rodrigo Minotto, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações acerca de quantos cargos vinculados às secretarias de estado de Desenvolvimento Regional existem em cada região; valor atualizado das respectivas folhas de pagamento dos cargos comissionados; valor total de custeio de cada Regional; bem como quantos são os trabalhadores terceirizados e o custo mensal correspondente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Manoel Motta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital e público que prestigia o Parlamento na manhã de hoje, gostaria de fazer algumas considerações que entendo muito importantes na memória daqueles que lembram como era Santa Catarina e como é Santa Catarina agora.

Luiz Henrique da Silveira, nosso hoje brilhante senador, enfrentou uma campanha em 2002 praticamente impossível de vencer, uma vez que o seu adversário tinha mais de 60% dos votos, e ele iniciou com 5%. Qual era a proposta principal de encaminhamento que ele estava utilizando para chegar ao governo? A descentralização. Este era o principal objetivo, ou seja, fazer com que o povo pudesse se comunicar com o governo sem precisar vir a Florianópolis. E ele, com aquele projeto, reverteu todo o processo e foi governador de Santa Catarina - assumiu em 2003.

Como é que um homem honrado e de palavra colocou em prática a questão das SDRs, que são as secretarias de Desenvolvimento Regional? Assim, começou a instalar as secretarias, e eu, que estou no meu sétimo mandato nesta Casa, vivi muitos momentos, como aquele em que pessoal do interior ia para os grandes centros atrás de emprego, esvaziando os pequenos municípios de Santa Catarina. Mas não conseguia porque não era especializado, não tinha qualificação. Tinha vendido o seu terreno, e aí não podia mais voltar.

Então, o que ocorre? Favelas em todos os cantos, nos grandes centros, em Florianópolis, Joinville. As pessoas estavam saindo do interior para buscar oportunidades de trabalho.

Mas o governador na época, Luiz Henrique da Silveira, honrando o seu compromisso, criou, com a descentralização, 36 secretarias. Daí o estado de Santa Catarina começou a crescer não apenas nos grandes

centros, mas em todas as regiões e a população não precisou mais ir para os grandes centros atrás de oportunidades de trabalho.

Temos, hoje, empresas que se instalaram nos quatro cantos de Santa Catarina. Isso deu oportunidade para as pessoas trabalharem e manterem-se naquela região onde moram e têm a sua família. Assim, não se viu mais as favelas e o pessoal pendurado na beirada das ruas colocando aquelas casinhas para morar.

Isso começou em 2003! Alguém que teve a visão de empreender, gerar emprego, renda e qualidade de vida, fez tudo isso, e fez bem feito. Hoje Santa Catarina é o estado mais equilibrado, e isso é fruto da descentralização, aquilo que o nosso país não tem.

O próprio Ibama sai cobrando, aplicando multa aqui e ali. Agora, se necessitarmos de uma licença ambiental, o Ibama não tem poder em Santa Catarina para concedê-la e precisamos ir a Brasília para conseguí-la. Quer dizer, o Brasil vai precisar passar também por uma descentralização.

Hoje, temos essa figura ímpar em Brasília, que pode convencer o governo a montar essa descentralização para o nosso país, que é imenso. É impossível administrá-lo somente lá de Brasília! Então, é preciso, sim, que haja a descentralização.

Eu quero dizer o seguinte: a minha região sul do estado era considerada uma região pobre. Hoje está a passos largos e temos lá: o Aeroporto de Jaguaruna - em abril haverá o primeiro voo -; o Porto de Imbituba, que recebeu investimento de quase R\$ 400 milhões, além de ser um dos portos mais seguros de Santa Catarina, porque o calado é no mar, não há rio, e isso significa segurança; a BR-101, que gera desenvolvimento e é um corredor. A BR-101, o porto e o aeroporto são o tripé do desenvolvimento do sul de Santa Catarina.

Então, tudo isso é fruto do quê? Da descentralização do governo de Luiz Henrique da Silveira. Eu tenho orgulho de dizer que, se há um equilíbrio, se não há mais favela, se os municípios do interior não esvaziaram, isso é fruto de alguém que planejou e colocou em prática. Assim, hoje o fortalecimento do estado é devido à descentralização, até porque foi feita uma pesquisa, meu caro ex-senador, ex-governador, ex-deputado federal e hoje deputado estadual, Leonel Pavan, que mostrou que o estado que menos gastou foi Santa Catarina, ao longo do tempo do governo de Luiz Henrique da Silveira.

Portanto, não quer dizer que as secretarias elevaram os gastos; ao contrário, elas reduziram os gastos para poder gerar emprego. Não fizeram como Brasília, onde há um amontoado de ministérios.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu quero, com muita honra, ouvir o eminente deputado e amigo Leonel Pavan, que traz a sua experiência, com certeza, porque ele foi senador e governador. Por isso, conhece como ninguém a história de Santa Catarina e os passos que foram dados para podermos viver num estado equilibrado como o nosso. Santa Catarina é o estado mais equilibrado, hoje, da federação.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Deputado Manoel Mota, v.exa. sabe que sinto uma admiração muito grande pelo senhor, que é um lutador incansável pelas causas sociais e, principalmente, pelo sul do estado.

Às vezes, brincava com o senhor dizendo: tranca a estrada. O senhor só era ouvido quando tranca a BR-101 ou alguma rodovia para que aquele trecho da BR fosse duplicado. Milhares de pessoas são

responsáveis por isso, pela duplicação, mas um deles, tenho certeza, é v.exa., porque foi um lutador incansável.

Por outro lado, quero dizer que quando fui candidato a senador da República e percorri o estado com Luiz Henrique da Silveira, ele usava a minha bengala - eu usava bengala na época - para mostrar, no mapa, como seriam descentralizadas as ações do estado. Ele criou as secretarias Regionais, e nós o apoiamos quando senador. E depois, como vice-governador, não somente o apoiamos, como demos continuidade.

As secretarias Regionais foram criadas para descentralizar as ações do governo e diminuir a correria do interior para a capital. E havia recursos, os prefeitos e as entidades sociais iam lá e eram atendidos. Diminuiu o custo de municípios de virem aqui com o pires na mão, muitas vezes, e não encontrarem o que desejavam.

Luiz Henrique dizia que quanto menor o quintal, menor eram as dificuldades para limpá-lo. Então, ele achava que com uma secretaria Regional próxima do cidadão e do município poder-se-ia atender melhor os municípios. Felizmente, assim o fizeram, só que agora está sendo desvirtuado. Se estão tirando a competência que lhes foi dada no passado, se não estão dando mais os recursos que eram dados no passado, elas perdem o seu valor. Se elas tivessem a competência do passado de assinar convênios com a Educação, a Saúde, a Infraestrutura, o Esporte, a Cultura, realmente teria sido dada sequência à descentralização. Infelizmente, tenho que dizer que está ocorrendo uma paralisação naquilo que foi iniciado por Luiz Henrique da Silveira.

V.Exa., que é do PMDB, sabe que no período em que Luiz Henrique da Silveira esteve no governo, e que nós estivemos juntos, a marca foi a descentralização, e que ela deu um grande resultado para Santa Catarina.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu quero agradecer o aparte de v.exa., deputado Leonel Pavan, e incorporá-lo ao meu pronunciamento.

Gostaríamos de dizer que vamos continuar lutando, pois temos que fortalecer a descentralização. Com ela, há um equilíbrio no estado: diminuem as despesas, diminuem as viagens do cidadão que está lá no interior e tem que correr de um lado e para o outro.

Então, eu acho que uma das melhores coisas da história de Santa Catarina foi a implantação da descentralização do estado, que fez com que a ação estivesse perto do cidadão. Nós vamos continuar trabalhando e lutando para convencer todos de que precisamos incrementar e fortalecer as secretarias para o bem de Santa Catarina.

Por isso, gostaria de dizer que, hoje, tenho orgulho de dizer que fui líder do governador Luiz Henrique da Silveira. Nos quase dois mandatos dele, eu fui líder e sete vezes líder da bancada, cumprindo a missão, honrando e defendendo um trabalho digno que ele implantou em Santa Catarina, e que continua. Raimundo Colombo está continuando o mesmo trabalho, com a mesma decisão, e esperamos poder fortalecer ainda mais Santa Catarina.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Deputado, acho que há algo de consenso e que precisaríamos aprofundar o debate no sentido de aproximar o equipamento público, o governo, da população. E nisto nós estamos de acordo: cada vez mais as políticas públicas e o governo têm que estar perto de população.

Mas acho que temos que discutir uma questão. Em nível nacional há um movimento, hoje, pelo presidente da Câmara, no sentido de reduzir o número de ministérios de 40 para 20, sendo que aqui em Santa Catarina temos 36 SDRs e mais 15 secretarias, aproximadamente. São 50 ao todo. Vamos reduzir também? Não vamos?

Eu acho que esse é um debate que temos que aprofundar. Creio que caberia um bom debate e, inclusive, discutirmos o que v.exa. traz, que são os indicadores. Quais indicadores se modificaram concretamente, IDH, em termos de favelização no estado de Santa Catarina, de litoralização? Porque nós queremos aprofundar a gestão descentralizada, mas para isso temos que descentralizar recursos e não somente estruturas físicas.

Então, parece-me que seria um bom debate aprofundarmos esse tema e, claro, vamos comparar em nível nacional. Em Brasília, de 40 querem diminuir para 20. Aqui nós temos 50. Vamos manter os 50?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero dizer que em Brasília foram duplicados os ministérios sem diminuir o emprego. Aqui, o que foi criado lá na ponta diminuiu os empregos nas centrais. Então, nós não acumulamos. Aqui não foram criados empregos, eles diminuíram. Por isso, há as secretarias e não temos um estado equilibrado, tranquilo.

Então, lá é preciso reduzir, sim, foi um exagero de geração de mão-de-obra, emprego e cargos comissionados. Agora, não foi o que aconteceu aqui, já que foram reduzidos. E o governo está reduzindo mais 500 empregos. Aqui ele já está fazendo o saneamento e é preciso que em Brasília ele também seja feito para o bem do nosso país.

Muito obrigado, sra. deputada, srs. deputados e sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Muito obrigado, deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Peça a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Leonel Pavan.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Eu gostaria apenas de dizer que o governo não estão diminuindo 500 empregos. Ele está propondo diminuir 500 cargos comissionados.

Nós lutamos por empregos! V.Exa. sempre luta, e continua lutando, para que o estado tenha mais empregos para os trabalhadores. Mas o governador Raimundo Colombo pretende enxugar a máquina diminuindo os cargos comissionados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Se depender desta Casa, vamos duplicar a redução dos cargos comissionados para que possamos ajudar também o governador Raimundo Colombo a administrar este pujante estado.

Gostaria de registrar a presença dos meus queridos amigos e conterrâneos de São João Batista. Tenho muito orgulho de representar o vale do rio Tijucas, especialmente a nossa querida São João Batista, terra do calçado onde aquele povo não anda com o pé no chão.

Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para segunda-feira, às 19h, em homenagem à Campanha da Fraternidade 2015.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 005ª SESSÃO ESPECIAL

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 2015, EM COMEMORAÇÃO À

CAMPANHA DA FRATERNIDADE DE 2015

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido para compor a mesa as excelentíssimas autoridades que serão nominadas a seguir:

Excelentíssimo senhor deputado Padre Pedro Baldissera, segundo-secretário da Assembleia Legislativa de Santa Catarina;

(Palmas)

Excelentíssimo reverendíssimo dom Wilson Tadeu Jönck, Arcebispo Metropolitano de Florianópolis;

(Palmas)

Senhor professor doutor Armando de Melo Lisboa, chefe do departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina;

(Palmas)

Reverendo padre Vítor Feller, vigário-geral da Arquidiocese de Florianópolis e diretor da Faculdade Católica de Santa Catarina - Facasc.

(Palmas)

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, a presente sessão em comemoração à Campanha da Fraternidade de 2015 foi convocada por solicitação do sr. deputado Padre Pedro Baldissera, segundo-secretário desta Casa, e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares.

A Campanha da Fraternidade deste ano tem como tema Fraternidade: Igreja e Sociedade e como lema Eu Vim para Servir.

Neste momento, teremos a interpretação do Hino Nacional pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

Registramos a presença das seguintes autoridades:

Reverendo padre Vânio da Silva, reitor do Seminário Teológico Convívio Emaús;

Reverendo padre Maurício Costa, da Paróquia Nossa Senhora da Lapa, Ribeirão da Ilha, Florianópolis;

Reverendo padre Arnildo Longi Primon, representando dom Irineu Andreassa, bispo diocesano do município de Lages;

Reverendo padre Revelino Seidler, coordenador da Pastoral da Arquidiocese;

Reverendo padre José Luiz de Sousa, da Paróquia São João Evangelista de Biguaçu;

Reverendo padre Leandro Domingues Padilha, representando a Foronia de Camboriú;

Reverendo padre André Gonzaga, neste ato representando a Paróquia Senhor Bom Jesus, de Palhoça;

Senhora Leda Cassol Vendruscolo, coordenadora da Pastoral de Florianópolis;

Senhor Jacir Massi, superintendente federal de Agricultura em Santa Catarina;

Senhor Luiz Gustavo dos Anjos, capitão bombeiro militar, neste ato representando o senhor Onir Mocelin, comandante-geral dos Bombeiros Militares de Santa Catarina;

Senhora professora Jane Lúcia Pedro, diretora acadêmica do Colégio Catarinense;

Reverendíssimo frei Aladim Uber, da Paróquia Santo Antônio, Florianópolis;

Senhor Hipólito Vieira e senhora Geciara Vieira, representando o Movimento de Irmãos da Grande Florianópolis, Área 4;

Senhor Ivo de Souza, ministro da Eucaristia da Paróquia São Luiz Gonzaga, neste ato representando a Foronia de Brusque;

Senhor José Luiz Cesari, coordenador diocesano do Movimento de Curcilio de Cristandade;

Senhora Tânia Regina Zimermann Meurer e senhor Pedro Paulo Meurer Júnior, casal coordenador do Apostolado da Oração;

Senhora Sueli da Silva, representando a Paróquia São Francisco de Assis, Ariú, Palhoça;

Senhora Maria Odete Schmitz e senhora Maria Domingos Lúcio, neste ato representando a Paróquia do Bairro Agronômica, Florianópolis;

Senhora Maria Antônia Carioni Carsten, assistente social do Centro Educacional Marista Lúcia Mayvorne, Florianópolis;

Senhor João Augusto de Farias, coordenador do Setor Juventude da Arquidiocese;

Senhor jornalista Manoel Timóteo de Oliveira, diretor de Promoção e Eventos da Associação Catarinense de Imprensa, neste ato representando o senhor Ademir Arnon, presidente;

Senhor Ademir Freitas, secretário executivo do Regional Sul 4 da CNBB.

Dando continuidade, teremos a apresentação de um vídeo sobre a Campanha da Fraternidade 2015.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A seguir, convido para fazer uso da palavra o sr. deputado Padre Pedro Baldissera, na qualidade de autor do requerimento que ensejou a presente sessão.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, deputado Gelson Merisio, e ao saudá-lo quero agradecer a sua presença, como presidente desta Casa, e, acima de tudo, por ter acolhido o pedido, em nome do Parlamento catarinense, para que pudéssemos ensejar a sessão especial desta noite; excelentíssimo reverendíssimo dom Wilson Tadeu Jönck, Arcebispo Metropolitano de Florianópolis; professor dr. Armando de Melo Lisboa, chefe do departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina; reverendo padre Vítor Feller, vigário-geral da Arquidiocese de Florianópolis e diretor da Faculdade Católica de Santa Catarina; padres; religiosas e religiosos; agentes de pastoral; lideranças das diferentes comunidades; estudantes; seminaristas; diáconos; senhores e senhoras aqui presentes.

É bom começarmos a Semana Santa exatamente dando destaque a um tema extraor-

dinário e tão importante como esse proposto pela Igreja Brasileira, a CNBB, um tema vital no conjunto da nossa sociedade.

(Passa a ler.)

"A Campanha da Fraternidade deste ano recorda a vocação e missão de todo cristão e das comunidades de fé de atuar não somente na Igreja, mas agir objetivamente na sociedade de forma a servir.

O tema Fraternidade: Igreja e Sociedade e o lema Eu Vim para Servir (cf. Mc 10, 45) remetem-nos a um dos eventos mais marcantes da Igreja no século passado, que foi o Concílio Ecumênico Vaticano II.

A Campanha da Fraternidade 2015 também mostra o espírito do papado de Francisco, já que busca dialogar com os cristãos acerca da dimensão do serviço não somente na Igreja, mas em tudo que fazemos na família, no trabalho, nos estudos, enfim, em outras atividades dedicadas ao engajamento social.

E avançando nesta reflexão, acredito que essa Campanha coloca claramente os cristãos diante do desafio de servir para além da vida da Igreja e agir sobre a sociedade não somente evangelizando, não somente reproduzindo respeito à vida com uma palavra de fé, mas trabalhando objetivamente para reduzir desigualdades e abrir possibilidades de vida em todo e qualquer espaço social. Vamos fazer de nossas profissões, nossos estudos e nossas ações instrumentos de vida, de libertação e instrumentos de ética e dignidade.

Hoje, reunidos para mais uma sessão especial, como fazemos todos os anos aqui neste Parlamento, lembramos também da dimensão do servir da Igreja atuante na sociedade.

Por isso, propusemos a homenagem a algumas entidades e pessoas que dedicam as suas vidas ao servir, com dignidade e senso de justiça, com desprendimento, amor e muito carinho, e que fazem do trabalho evangelizador uma ferramenta em favor da fraternidade, justiça e igualdade, e o fazem pelo servir à sociedade.

Diante desta tarefa de servir, vejo como fundamental refazeremos uma reflexão que a própria Igreja nos coloca, através da CNBB, que é a seguinte: qual a função de servir deste local onde estamos, o Parlamento.

Os documentos da CNBB, nesta Campanha da Fraternidade, tratam, em diversos momentos, da necessidade de uma reforma política profunda que faça com que os espaços políticos de debate e ação respeitem a sociedade, e o façam através do servir. Mais uma vez, como ocorreu com a lei da corrupção eleitoral, a Igreja reafirma o papel dos cristãos em lutar para que a política sirva aos interesses das pessoas, e sirva a vida e não esteja a serviço de uma minoria.

Então, esta é outra dimensão que julgo significativa nesta Campanha da Fraternidade: de um lado, a Igreja conclama os

cristãos a servirem; de outro, chama-nos a lutar por justiça nos espaços institucionais e políticos onde a sociedade se organiza para servir. Como mais uma vez destaca o Papa Francisco: 'Como é a qualidade do nosso agir, do nosso viver, da nossa presença na cidade e no campo, do nosso serviço pelo bem comum, da nossa participação nas instituições públicas e eclesiais'? É agir para servir em nossas vidas, e lutar para que os espaços públicos também atuem no sentido de servir.

Neste espaço, no Parlamento, em que as pessoas escolhidas como representantes da população se reúnem, a palavra 'servir' ganha um sentido muito especial. É preciso que todos nós, agentes que recebemos a confiança de milhares de pessoas, compreendamos o papel fundamental, que é efetivamente servir a todos os cidadãos e cidadãs.

Eu reconheço aqui uma responsabilidade muito grande, porque estando aqui neste espaço temos também meios de intervir para servir ao próximo. Esta tribuna, por exemplo, é um espaço de intervenção. O nosso voto e a nossa ação em projetos e decisões influenciam diretamente a vida de milhares de catarinenses.

Não pretendo aqui mudar uma realidade de exclusão construída há séculos por um sistema que privilegia poucos e sonega a vida a muitos. Mas devemos nos perguntar, num sentido de reflexão, se realmente as ações da classe política servem à sociedade de forma a colaborar para que mais e mais homens e mulheres possam sentir-se sujeitos de suas vidas e também eles agirem para servir.

E aqui entra a importância da luta convocada pela CNBB, e por diversos movimentos e entidades, para que se concretize uma verdadeira reforma política. Somente uma profunda mudança que elimine o paternalismo e a influência do poder econômico pode garantir uma política que sirva à vida e às pessoas.

Espero que nesta Campanha da Fraternidade 2015 nós, cristãos, atuemos, cada um de nós, no sentido de servir ao próximo, e também lutemos, todos e todas, para que os espaços políticos sirvam às pessoas."

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - É tradição desta Casa que o deputado proponente presida a sessão especial. No entanto, fiz questão de estar presente na sua abertura também para prestar uma homenagem ao deputado Padre Pedro Baldissera, que faz nesta Casa um belíssimo trabalho como parlamentar, como homem de Deus e, acima de tudo, como cidadão catarinense.

Por isso, na pessoa do deputado Padre Pedro Baldissera e, especialmente, de dom Wilson Tadeu Jönck, que é o nosso Arcebispo Metropolitano, quero, primeiro, agradecer a oportunidade que tive de participar com vocês da procissão Nosso Senhor dos Passos, que foi algo belíssimo no último domingo, e também de participar deste belo início de sessão, com a presença de tantas pessoas ilustres, dos padres, das pessoas que servem algo que é extremamente importante para a sociedade, que é a nossa fé em Cristo, a nossa fé que nos permite seguir adiante.

Assim, quero, em nome desta Casa, agradecer a todos pela presença e ratificar que todos aqui têm um grande representante não

apenas da sociedade organizada, mas também da Igreja, porque é um padre que está aqui. E foi muito bem colocado que a cada momento temos a oportunidade de cumprir a nossa missão.

E o próprio lema da Campanha da Fraternidade, Eu Vim para Servir, vem ao encontro da nossa missão, que é a de servidor público. Nós, como deputados estaduais, como agentes públicos, temos uma missão de servir às pessoas, procurando sempre ser justos e, acima de tudo, atentos especialmente àquelas que mais precisam.

Por isso, parabéns ao nosso Arcebispo, que representa toda a Igreja, e, especialmente, ao deputado Padre Pedro Baldissera, a quem passo a Presidência para que conclua esta sessão e faça as homenagens que a Casa estende a todos aqueles que a merecem.

Muito obrigado!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Em tempo, novamente quero fazer aqui o meu agradecimento ao deputado presidente Gelson Merisio, pela sua presença e por toda a atenção e dedicação carinhosa com que desempenha as suas ações e atividades dentro deste Parlamento.

Gostaria também de registrar a presença do padre David Antônio Coelho, pároco e cura da Catedral Metropolitana de Florianópolis; e do padre professor dr. Willian Barbosa Vianna, membro do Conselho Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina.

Dando continuidade à sessão especial, convido a mestre-de-cerimônias, Nicoli Madeira, para proceder à nominata dos homenageados desta noite.

A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Nicoli Madeira) - Senhoras e senhores, boa-noite!

A Igreja propõe como tema da Campanha deste ano Fraternidade: Igreja e Sociedade e como lema Eu Vim para Servir. O objetivo da Campanha é chamar a atenção da sociedade para a importância de se criar um mundo mais solidário e fraterno.

Convido o sr. deputado Padre Pedro Baldissera, acompanhado do arcebispo dom Wilson Tadeu Jönck, para fazer a entrega das homenagens.

Convido para receber a homenagem o sr. Uilian Dalpiaz, neste ato representando a Comissão de Pastoral da Terra.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Neste momento, convido para receber a homenagem a sra. Mariilda de Souza Velho, neste ato representando a Pastoral da Saúde.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Márcia Jaqueline da Silva Negherobon, neste ato representando a Pastoral da Criança.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A seguir, convido para receber a homenagem a sra. Olvaldina Zucco Webber, neste ato representando a Pastoral da Pessoa Idosa.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o padre Nei Brasil Pereira, neste ato representando a Pastoral Carcerária.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Neste momento, convido para receber a homenagem o casal Valério e Arlete da Costa, neste ato representando a Pastoral da Sobriedade.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o padre Joaquim Roque Phillipin, neste ato representando a Pastoral dos Migrantes.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A seguir, convido para receber a homenagem o sr. Jackson Santana, neste ato representando o Conselho Indigenista Missionário.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o padre Roque Ademir Favarin, neste ato representando a Cáritas Brasileira Regional Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Neste momento, convido para receber a homenagem a sra. Maria Antônia Carioni Karsten, neste ato representando os Irmãos Maristas.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A seguir, o Poder Legislativo catarinense presta uma homenagem a personalidades que muito contribuem com o seu trabalho evangelizador, na busca por uma sociedade fraterna, justa e igualitária.

Convido para receber a homenagem o padre Pedro José Koehler.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o padre Pedro Adolino Martendal, neste ato representando pelo padre Vitor Galdino Feller.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradeço ao sr. deputado e ao reverendíssimo arcebispo.

Dando continuidade à solenidade, teremos a encenação da simbologia do tema da Campanha da Fraternidade 2015: Eu Vim para Servir.

Convido a sra. Adelir Raupp para conduzir a encenação.

(Procede-se à encenação da simbologia.)

(Palmas)

A seguir, teremos a interpretação do Hino Oficial da Campanha da Fraternidade 2015, interpretado pelo coral da Aleesc.

Muito obrigada a todos!

Boa-noite!

(Procede-se à interpretação do hino.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Convido para fazer uso da palavra o professor dr. Armando de Melo Lisboa, chefe do departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina.

O DR. ARMANDO DE MELO LISBOA - Saúdo o deputado Padre Pedro Baldissera, proponente desta sessão e os caros amigos.

(Passa a ler.)

"O século XXI se revela cada vez mais preocupante, confirmando prognósticos pessimistas outrora feitos.

No plano internacional, o ódio e o extremismo cada vez mais protagonizam e dominam a agenda política. Os absurdos conflitos advindos das políticas sionistas de Israel foram amplificados com a destruição da civilização milenar assentada no Iraque. Como recordam, a partir de 11 de setembro de 2001 uma coalizão ocidental ocupou esse país, liderada pelos EUA, o qual forjou provas de que o Iraque possuía armas de destruição massiva.

Este episódio foi a pá de cal no descrédito dos valores ocidentais, alimentando o fanatismo em toda região, com consequências globais.

Não por acaso, dessa região advém o Cristianismo, o qual também é parte do explosivo cardápio em que se misturam religião e política na qual estamos afundando.

Aqui no Brasil, os nossos problemas, que não eram pequenos, também se avolumam, em que pesem nossas virtudes como povo e recentes acertos e avanços.

A falência ética nacional reflete a nossa abissal desigualdade que se reproduz indecentemente há séculos. Os escândalos se sucedem em avalanches cada vez maiores: Mensalão, Petrolão, e agora a operação Zelotes, na qual a Polícia Federal acaba de denunciar que a fraude junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais pode chegar a R\$ 19 bilhões. Estimam que esses sejam apenas a ponta visível do iceberg. Lembro que fui, há aproximadamente 20 anos, membro do Conselho Estadual do Meio Ambiente, representando a UFSC, e a pauta de nossas reuniões então eram dominadas pelos recursos das empresas contra multas recebidas por crimes ambientais.

A nossa sociedade sofre ainda com uma gigantista, feroz e gratuita violência, em proporções maiores que qualquer guerra já ocorrida na história, com exceção das duas guerras mundiais. Todos os anos 100 mil pessoas morrem violentamente, sendo 50% destas em nossas estradas, nos acidentes de trânsito, numa inadmissível carnificina. A grande maioria dessas mortes é de jovens, especialmente negros e pobres.

Mas a violência maior é que já consideramos a violência um fato normal, não a percebemos com horror nem nos emocionamos com a mesma, a não ser quando ela chega próxima a nós.

Todavia, essa violência é geradora de medo, o qual corrói e impede a solidariedade natural para com o sofrimento do outro. Temos medo de acolher o caído. Esse medo nos isola e leva a tornarmos-nos indiferentes àqueles que não são do nosso círculo pessoal, ao estranho, e até mesmo com os vizinhos, dificultando a imprescindível fraternidade da vida, pois não há felicidade sem o outro, uma vez que somos incompletos.

A recente crise de escassez de água no sudeste brasileiro, mais que escancarar os pés de barro do nosso modelo econômico e a insustentabilidade de nossas megalópoles de concreto, desnuda os limites de uma civilização que não percebe que nenhum rio é apenas um recurso a ser explorado, ou mero curso d'água sujeito a determinados regimes hidrológicos, mas é uma rede de entidades vivas, configurando um organismo que nasce, respira e vive de trocas com a vizinhança, e que se relaciona com os moradores do seu entorno, ganhando histórias, lendas, canções e identidade própria, como nos mostra a música *O rio de Piracicaba*.

A recente chegada dos mais pobres ao mundo do consumo, nos *shoppings* e aeroportos, e nas universidades e outras instituições com a política de cotas, fizeram vir à tona, infelizmente, sinais de racismo e ressentimentos assustadores que crescem entre nós.

Diante de tamanha violência e preconceito, novos muros segregacionistas se levantam por toda a parte, e nós nos tornamos cada vez mais intolerantes no Brasil.

Exemplifico apenas com os projetos de lei na Câmara Federal, que querem homofobicamente restringir o conceito de família ao núcleo formado pela união de um homem com uma mulher, ameaçando os direitos da comunidade dos gays, lésbicas e transexuais, bem como a adoção de crianças por casais homossexuais.

Historicamente organizado para espremer as pessoas - o Brasil, segundo Darcy Ribeiro, é uma máquina de gastar gente -, o Brasil, infelizmente, nunca superou a colonialidade nas relações sociais, a qual brutaliza, coisifica e inferioriza as multidões pela cor de sua pele, origem social, condição de gênero ou opção sexual.

Neste quadro, a crise que adentramos é preocupante, especialmente quando aqueles batalhadores empobrecidos que há pouco emergiram tiverem de deixar para trás a sua casa própria recém-adquirida, o seu trabalho e renda que enfim conquistaram, e não conseguirem mais se manter na universidade ou mesmo o seu filho na escola.

Os tempos muito difíceis que o Brasil pode ingressar refletem também dificuldades maiores de uma civilização cada vez mais assentada na individualização e na busca do interesse próprio, na qual é mais fácil descartar o outro do que reparar os fios esgarçados dos relacionamentos. Partilhamos de valores que tornam todos nós descartáveis.

O desastre recente do A320 da Germanwings acende, mais uma vez, o sinal de alerta. Por que nos assustamos tanto com a inédita atitude do jovem co-piloto? Porque ele é parte de uma geração hiperconectada, porque somos uma sociedade hipertecnologizada, em que todos nós estamos inseridos em múltiplas redes tecnológicas e sociais.

O macabro ato do co-piloto alemão denuncia a presença da pulsão da morte, da autosabotagem, a fragilidade da vida e a superficialidade das relações e a urgência de proporcionar aos jovens - e aqui abro aspas porque vou citar o documento da Campanha da Fraternidade deste ano - "conexões pessoais duradouras e resistentes às crises" - e isto está na página 32, Documento CNBB n. 91. Não por acaso o suicídio cresce e em breve será a maior *causa mortis* no planeta.

Gandhi já advertiu que o que destrói o ser humano é política sem princípios, prazer sem compromisso, riqueza sem trabalho, sabedoria sem caráter, negócios sem moral, ciência sem humanidade, oração sem caridade.

Neste mundo carente de laços e valores éticos desponta a importância e a grandeza da Campanha da Fraternidade.

A CNBB, conjuntamente com outras Igrejas cristãs, tem sido uma importante protagonista de lutas e conquistas fundamentais em nosso país, como, por exemplo, no movimento ético na política, gerando a Lei da Ficha Limpa e, anos atrás, por ocasião do processo Constituinte, a criação da iniciativa popular que levou a uma lei que permite a participação popular na elaboração de leis.

Mas há que continuarmos os avanços institucionais, pois muito ainda resta para resolver, como acabamos de expor.

Este não é o momento para fazer a crítica do documento base da Campanha da Fraternidade deste ano, o que, aliás, já fizemos em seminário próprio ocorrido em novembro passado no seio da Regional Sul IV da CNBB. Cabe, sim, afirmar que na Campanha deste ano, além de fazer jus a toda nobre história de 50 anos da Campanha da Fraternidade, ressoa a magnífica presença do Papa Francisco - conforme se pode ver no cartaz e no material de divulgação dessa Campanha -, o qual, ao protagonizar uma verdadeira reforma espiritual no catolicismo romano, desmontando a última corte aristocrática europeia (leia-se Vaticano), demonstra que o cristianismo ainda é uma luz imprescindível para a difícil travessia em que a humanidade se encontra.

O atual Papa Francisco torna nítido o vital e imprescindível valor da Igreja no mundo

contemporâneo, como fonte de esperança num mundo melhor, numa humanidade renovada, desde que ela deixe de querer ser um implacável tribunal - e aqui eu me inspiro novamente no Papa Francisco - e seja fiel aos seus princípios e origem postos pelo Mestre nascido humildemente em Belém."

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Dando continuidade às manifestações, neste momento convidado para fazer uso da palavra sua excelência reverendíssima, dom Wilson Tadeu Jönck, Arcebispo Metropolitano de Florianópolis.

O SR. DOM WILSON TADEU JÖNCK - Caro deputado Padre Pedro Baldissera, presidente, em seu nome quero saudar os demais participantes da mesa.

Gostaria de saudar todos os presentes e dizer da minha grande alegria com a presença de todos. Fico muito contente com o esforço que aqueles que vieram de longe fizeram para estar aqui neste momento, que é um momento nosso, de Igreja, mas é um momento da sociedade de Santa Catarina também.

Os oradores que me precederam já tocaram em muitos assuntos da Campanha da Fraternidade, discorreram sobre a importância do papel da Igreja e também fizeram uma análise da realidade.

Gostaria de dar um enfoque maior ao aspecto histórico do desenvolvimento do cristianismo, o seu relacionamento com a sociedade e com essa parte da sociedade, que são os seus dirigentes, o estado de um modo geral.

A Campanha da Fraternidade nos diz que fazemos parte da sociedade, estamos dentro de uma sociedade e devemos atuar nela. E também nós, cristãos, temos uma convicção de que se nós vivermos o Evangelho como devemos viver, tornaremos a sociedade melhor. E este é o nosso papel: fazê-lo com palavras, mas, sobretudo, com testemunhos, com ações bem decididas.

Se olharmos o relacionamento do cristianismo com a sociedade, veremos que ele sempre foi um pouco tenso. E começa já no Evangelho. Um dia perguntaram para Jesus se era lícito pagar imposto. Há pergunta mais espinhosa que esta? E Jesus nos encaminha como devemos proceder: "Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus". Isso significa que nós, cristãos, temos um compromisso com o estado e a sociedade. Não podemos nos furtar disso, mesmo que a pergunta fosse exatamente uma força que ocupava as terras de Israel - era o Império Romano.

Logo depois, o cristianismo nasce e desenvolve-se inicialmente dentro do Império Romano. Os primeiros tempos foram de perseguição feroz. Houve muitas mortes e mártires, que conhecemos muito bem.

No ano 313 há um edito de tolerância. O cristianismo, então, é tolerado dentro do Império Romano para uns 50 anos depois ser colocado como religião oficial do Império Romano.

Dentro disso, há um crescimento muito grande, mas logo depois começam a vir os problemas dentro da própria Igreja: um certo relaxamento, um certo comodismo e uma certa aliança entre o poder religioso e o poder civil.

Nesse aspecto, temos aquilo que chamamos de cristandade, que se vai desenvolver pela Idade Média. Tanto a vida pessoal quanto a das instituições têm um fundamento cristão. E o cristianismo praticamente fundamenta todas as atividades dentro da sociedade ocidental.

E lá houve também grandes dificuldades. Pulando um pouco, no ano mil quinhentos e pouco temos uma divisão dentro da própria Igreja. É a questão da reforma

protestante em que a relação com o estado estabelecido começa a mudar. E para resolver isso muitos seguiram o princípio de que o povo devia seguir a religião do rei, e isso deu muita confusão e algumas guerras.

Se saltarmos um pouco para aquilo que nos interessa mais perto de nós, veremos como era o relacionamento da Igreja dentro do reino de Portugal. E lá temos outra figura, que é a do padroado, isto é, em matérias da Igreja o rei tinha a última palavra. Era ele que aprovava a nomeação dos bispos, criava as paróquias e assim por diante. Ele criou paróquias até na ilha de Florianópolis. As freguesias, as paróquias mais antigas, ainda são do tempo do império. Com relação a essas coisas, se havia uma proteção por parte do rei, isso se refletia no tipo de cristianismo e também na incidência sobre a sociedade.

Quando aconteceu a nossa independência, esse mesmo sistema continuou, o sistema do padroado. E nós tivemos, no final do Império, dom Pedro II, uma figura geralmente muito bem falada, mas o seu relacionamento com a Igreja foi difícil em algumas coisas, houve a chamada questão religiosa logo depois da Guerra do Paraguai, em que até alguns bispos foram presos. Por quê? Porque o Papa tinha editado uma encíclica e eles seguiram o que dizia o Papa e isso divergia um pouco do que dizia o rei.

Dentro desse quadro, temos a participação da Igreja e o desenvolvimento dela em nosso tempo e também em nossa terra.

A separação da Igreja e do estado vai acontecer já na República, em 1891, com a primeira Constituição Republicana. Poder-se-ia dizer que isso foi um baque para a Igreja, mas aconteceu o contrário: permitiu que houvesse um desenvolvimento muito grande dentro da própria Igreja em termos de organização e de criação de Dioceses, que tudo estava represso por conta da política do imperador. A partir daí começa-se a estabelecer a Igreja como nós a vemos no momento atual.

Se olharmos, veremos que no período republicano temos uma série de ações: vão surgindo muitas cidades; uma formação da classe média, que era muito pequena; há o período de ditadura; duas guerras mundiais; começa o período da industrialização; muitos movimentos ideológicos começam a aparecer, e cito aqui o socialismo, o comunismo e depois também o positivismo.

Dentro desse aspecto, a Igreja sempre teve que se posicionar. Eram forças que moviam a sociedade brasileira e algumas dessas forças eram bem contrárias àquilo que a doutrina cristã ensinava. É a sociedade como ela se apresenta.

Até 1964, podemos destacar algumas ações que têm uma forte incidência na sociedade como Igreja instituída. Em 1952, como já foi falado, surgiu a CNBB. Na primeira metade do século XX foi muito forte a ação católica. Era o modo de a Igreja agir e evangelizar, e que criou muitos grupos e lideranças, inclusive muitas lideranças políticas. Muitos dos nossos políticos dessa época participavam da Juventude Católica, da Juventude Operária e de outros grupos nascidos dessa ação católica.

No nordeste, sobretudo, houve o Movimento de Educação de Base. Esse movimento está acabando agora, mas foi o movimento de Igreja de alfabetização. São milhões de pessoas que foram alfabetizadas e escolarizadas exatamente a partir da ação da Igreja e também da rede que a própria Igreja fornecia.

Os bispos do nordeste pensaram a Sudene, que era a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e que depois os políticos adotaram e virou uma instituição que ajudou muitos estados do nordeste.

Depois de 1964, tivemos a atuação durante a ditadura militar, e houve algumas coisas desse tempo, e que já é um pouco o nosso tempo: a aceleração da industrialização, em que o Brasil se desenvolveu muito; os movimentos contra a cultura. Somente para lembrar, daí surgiu a minissaia e outras atitudes que eram uma espécie de afronta àquilo que era o pensamento e os valores da sociedade. Quem não se lembra dos Beatles, hippies, que foram algumas das expressões que houve da contracultura.

Dentro da Igreja foi criada a Campanha da Fraternidade, em 1964. Era o modo de a Igreja se fazer presente e convidar a refletir sempre sobre um tema importante dentro da sociedade brasileira.

Algumas coisas que foram criadas dentro da Igreja, a partir de 1964 - e lembro que aqui já aparecia a novidade do Concílio Vaticano II: criação da Comissão Pastoral da Terra, Comissão de Justiça e Paz, Conselho Indigenista Missionário, comunidades eclesiais de base, participação intensa nos movimentos de redemocratização - Constituinte, Diretas Já. A Igreja sempre esteve presente de alguma forma, fazendo com que essas manifestações pudessem ser dentro daquilo que é a nossa fé, a fé do povo brasileiro.

Gostaria ainda de colocar alguns desafios atuais, e que pedem a intervenção não somente da Igreja, mas da sociedade como tal, e a Igreja, fazendo parte da sociedade, também deve se fazer presente. Cito, por exemplo, o baixo índice de natalidade e o aumento da população urbana. Há 50 anos eram 30 ou 40% e hoje 85% da população vivem na cidade, e isso é um impacto muito grande sobre a sociedade.

Também posso citar o aumento no número de idosos, e isso é algo bem atual. Há uma inversão da pirâmide populacional. Uma pirâmide que tinha idades mais baixas na base larga, de repente estreita a base e vai alargando em cima, e isso é um impacto social muito grande.

Cito ainda: urbanização com o inchaço das cidades; infraestrutura precária; favelização; transporte público insuficiente; problemas de mobilidade urbana; aumento da produção de lixo; violência; problema das drogas e do tráfico; a questão da energia elétrica e água; mortalidade infantil, que é uma questão de políticas públicas. Essas são realidades nossas.

Historicamente, a Igreja sempre esteve presente de uma maneira muito forte em dois setores: educação e saúde.

Há ainda hoje a situação criada pelos que tiveram uma ascensão social - e às vezes nós nos esquecemos disso. Há um novo nível de consumo, expandiram-se os planos de saúde e Previdência privada, aumentaram as viagens aéreas e no momento também o endividamento - e esta é uma realidade bem dos nossos dias.

Não se pode esquecer ainda das minorias: indígenas, quilombolas, pescadores, comunidades tradicionais, nômades, a situação dos migrantes - Florianópolis recebe uma boa dose de migrantes, padre Joaquim.

Terminando as ações da Igreja de um modo geral, temos as ações sociais das paróquias, que praticamente todas as paróquias têm as suas ações sociais.

Há um diálogo cooperativo em temas políticos, em vista do bem comum. Eu encaro que esta sessão é um modo de estabelecer esse diálogo.

Princípio da Subsidiariedade. Lá onde o estado não está, onde há uma carência, as instituições devem estar, e a sociedade é feita assim. E devemos estar dispostos sempre a esse trabalho subsidiário.

A Igreja dispõe de um grande instrumento, que é a doutrina social da Igreja, e que pode ser compendiado por todos: os

movimentos de fé e política, as semanas sociais, os fóruns sociais, a participação nos Conselhos Paritários. Cito isto para lembrar algumas das ações, algum modo de a Igreja estar presente na sociedade de hoje.

Gostaria de concluir com as palavras do Papa Francisco, ao menos o pensamento, se não são as suas palavras exatas. Ele diz que devemos combater a cultura da indiferença e do descartável, que caracteriza muito a sociedade de hoje. Devemos combater a corrupção - ele diz que fede, esta é a palavra que ele usa - e implantar a cultura do encontro.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feita a manifestação do arcebispo, dom Wilson Tadeu Jönck, eu gostaria, mais uma vez, de enaltecer a presença de todos e de dar o testemunho de que esta sessão especial em comemoração à Campanha da Fraternidade de 2015 tem uma presença maior que todas as outras que realizamos até o presente momento. Devem ser, se não me engano, 11 ou 12 sessões que tive a oportunidade de fazer o indicativo, e que é o tempo em que estou neste Parlamento.

Quero agradecer a mobilização que as nossas paróquias, os agentes de pastoral e todas as lideranças fizeram, na pessoa do arcebispo dom Wilson Tadeu Jönck. E contamos com vocês nos próximos anos, porque certamente traremos novamente isso presente, uma vez já se tornou algo corriqueiro na nossa atividade parlamentar darmos publicidade a esses temas estratégicos e importantes que a Igreja propõe ao debate a cada ano.

Então, hoje à noite em torno de 400 pessoas estão presentes nesta sessão. Agradeço a presença de todos! Espero que o começo da Semana Santa de fato possa nos ajudar a despertar dentro do nosso coração, do nosso espírito e da nossa alma esse voltar-se ao servir. Desejo que cada vez mais possamos construir uma sociedade servidora, feita de fato de verdadeiros sacerdotes, que na sua tradução ela se coloca como serviço, algo especial como o próprio sacerdócio o faz no dia a dia da sua caminhada.

Espero que possamos, desta forma, também contribuir para que a relação Igreja e sociedade possa despertar cada vez mais o senso de Justiça, de igualdade, de comunhão e de fraternidade em todos os setores da nossa sociedade.

Obrigado pela presença de cada um e de cada uma. Quero agradecer, de coração, ao coral da Assembleia, que estava preocupado com relação à interpretação do Hino da Campanha da Fraternidade. Mas sabemos do talento e da capacidade que esse nosso coral possui, e posso dizer que fizeram uma bonita apresentação do hino. Parabéns e obrigado pela presença e participação de vocês!

Agradeço também à TVAL, que transmitiu diretamente a nossa sessão, assim como agradeço também à Rádio Alesc Digital, ao Cerimonial e aos funcionários desta Casa, que também nos ajudaram em toda sessão especial desta noite.

Logo após o término da sessão, será oferecido um pequeno coquetel a todos os participantes da sessão especial.

Antes do encerramento da sessão, teremos a interpretação do Hino de Santa Catarina, pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

Encerramos a presente sessão, convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 419, de 28 de maio de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DISPENSAR a servidora **ANDREIA REGINA FILGUEIRAS**, matrícula nº 7179, da função de Assessoria técnica-administrativa - Controle e Supervisão do Acervo, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de junho de 2015 (CGP - CE - Gerência Cultural).

Deputado **ALDO SCHNEIDER** - Presidente, e.e.

Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária

Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 420, de 28 de maio de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2633/2015,

RESOLVE: com fundamento no §5º do art. 2º da Emenda Constitucional nº 41/2003, de 19/12/2003,

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária à servidora **NADIA MAKHOUL NEVES**, matrícula nº 1609, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-70, a contar de 13 de maio de 2015.

Deputado **ALDO SCHNEIDER** - Presidente, e.e.

Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária

Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 421, de 28 de maio de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2673/2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, alterada pela Resolução nº 009 de 31 de agosto de 2011, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

ATRIBUIR ao servidor **RAFAEL GHISI DUTRA**, matrícula nº 6343, **ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**, em nível de Especialização, no valor correspondente ao índice 1,8658, estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 janeiro de 2006, com efeitos a contar de 19 de maio de 2015.

Deputado **ALDO SCHNEIDER** - Presidente, e.e.

Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária

Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 422, de 28 de maio de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2547/2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º e parágrafo único, da Emenda Constitucional nº. 47, de 05 de julho de 2005 c/c o art. 7º da EC nº 41/2003,

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, à servidora **CRISTINA LOPES DOS REIS**, matrícula nº 1154, no cargo de Agente Legislativo, habilitação Nível Fundamental/Agente Legislativo, código PL/AGL-30, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade na forma da lei, a contar de 1º de junho de 2015.

Deputado **ALDO SCHNEIDER** - Presidente, e.e.

Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária

Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

RETIFICAÇÃO DA ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 9 HORAS DO DIA 5 DE MAIO DE 2015, PUBLICADA NO DIÁRIO Nº 6824 DE 14 DE MAIO DE 2015.

Errata - Onde se lê o Deputado Silvio Dreveck relatou o Projeto de lei nº 0017.5/2014 . Leia-se **Projeto de Lei Complementar**.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2015.

Deputado Mauro de Nadal

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 9 HORAS DO DIA 12 DE MAIO DE 2015.

Às nove horas do dia doze de maio do ano de dois mil e quinze, sob a Presidência do Deputado Mauro de Nadal, reuniram-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: João Amin; José Nei A. Ascari; Luciane Carminatti; Marcos Vieira; Narcizo Parisotto; Ricardo Guidi; Darci de Matos, substituindo Silvio Dreveck e Valdir Cobalchini. Estiveram presentes na reunião a Vossa Magnificência, o Reitor da Universidade do Estado de Santa Catarina Professor Antonio Heronaldo de Sousa; o Pró- Reitor de Extensão, Cultura e Comunidade - PROEX, Professor Mayco Morais Nunes; Juliana Lengler Michel representante, da Procuradoria Jurídica da Universidade do Estado de Santa Catarina; o Chefe de gabinete do Reitor Mateus Fidelis .Sob a proteção de Deus, o Presidente declarou aberta a sessão, na qual colocou que "Santa Catarina ainda está sob comoção com relação a perda do grande líder político Luís Henrique da Silveira. Para nós do PMDB será sempre o inigualável articulador político, foi pai e avô sempre dedicado a sua família, gostava de fazer política e trabalhava de forma incansável por Santa Catarina. Perdemos a presença física de Luís Henrique e a nossa forma de homenagear o seu

legado e o seu exemplo é manter sempre a honradez e a dedicação e o seu trabalho Por Toda Santa Catarina". Logo após as palavras de pêsames do deputado Mauro de Nadal, os demais deputados membros da comissão falaram algumas palavras em homenagem ao Ex Deputado Estadual, Ex Governador até então Senador da República Luís Henrique da Silveira. O deputado Marcos Vieira, disse do pesar do PSDB pela perda e requereu a Vossa Excelência que façamos um minuto de silêncio em homenagem ao grande líder Catarinense Luís Henrique da Silveira. Para tanto, o deputado Mauro de Nadal, convidou os membros da comissão e demais presentes que pudessem ficar em pé, para que fosse feito um minuto de silêncio. Logo após as manifestações de pêsames e reaberto os trabalhos, foi colocada em discussão e votação a ata da 10ª reunião ordinária que, foi aprovada por unanimidade. Posto em votação o requerimento do Presidente da Casa, deputado Gelson Merísio, solicitando o desarquivamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 006.4/2010, de sua autoria, que altera o parágrafo único do art. 111 da Constituição do Estado de Santa Catarina (publicação dos atos municipais), nos termos do art. 181, Parágrafo Único do Regimento Interno que, posto em discussão, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado José Nei Ascari** relatou o Projeto de Lei nº 0134.3/2015, que obriga as concessionárias de serviços públicos de água e luz a disponibilizarem, nas faturas de consumo, informações sobre débitos vencidos e mecanismos para sua quitação, exarou parecer pela realização de diligência que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; devolução voto vista ao Projeto de Lei Complementar nº 0010.9/2015, que altera a Resolução nº 0001, de 2006, que dispõe sobre a organização administrativa da ALESC e a Resolução nº 0002, de 2006, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal, o Plano de Carreira, os cargos, as classes de cargos, as funções de confiança e as atribuições dos servidores da ALESC, ambas convalidadas pela Lei Complementar nº 642 de 2015, para o fim de reorganizar a estrutura administrativa, no âmbito da Diretoria de Comunicação Social e da Coordenadoria de Eventos e dispor sobre a Comissão Legal de Assessoramento ao Programa de Certificação de Responsabilidade Social, exarou parecer favorável com Emenda Modificativa que, posto em discussão e votação, foi aprovado

por unanimidade; a Proposta de Emenda à Constituição nº 0001.0/2015, que acrescenta artigo na Constituição do Estado de Santa Catarina, disciplina a devolução espontânea de recursos financeiros do duodécimo do Poder Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas ao Poder Executivo, exarou parecer pela admissibilidade que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Marcos Vieira** relatou o Projeto de Lei nº 0087.2/2015, que denomina Balduino Domingos Bacci, o Ginásio da Escola de Ensino Básico Visconde de Cairú no município de Lages, exarou parecer favorável, conforme o projeto original que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0105.9/2015, que institui a Triagem Auditiva Escolar no Estado de Santa Catarina, exarou parecer pela realização de diligência que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0084.0/2015, que denomina Dorides Ferraz da Silva, o Ginásio da Escola de Ensino Básico Melvin Jones localizada no Bairro Morro do Posto no município de Lages, exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0128.5/2015, que altera a Lei nº 16.237 de 2013, que autoriza a concessão de uso de imóvel no município de Lages, para o fim de ampliar o prazo de concessão e revogar dispositivo que dispõe sobre a retomada do imóvel por parte do Estado, quando dele necessitar para uso próprio, exarou parecer pela rejeição, transformando em indicação que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0005.6/2015, que altera dispositivos da Lei nº 5.684 de 1980, que dispõe sobre o serviço público de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, exarou parecer favorável com Emenda Modificativa que, posto em discussão foi cedido vista em gabinete a deputada Luciane Carminatti e o deputado Silvío Dreveck; o Projeto de Lei nº 0092.0/2015, que inclui no calendário oficial de eventos do Estado de Santa Catarina, a Festa da Graça no município de São Francisco do Sul, exarou parecer favorável a matéria que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0058.8/2015, que obriga as concessionárias de energia elétrica, com atuação no Estado de Santa Catarina, a desenvolverem campanhas que informem sobre os cuidados especiais requeridos para a utilização de energia elétrica, exarou parecer pela rejeição que, posto em discussão e foi cedido vista em gabinete a deputada Luciane Carminatti. O **Deputado Valdir Cobalchini** relatou o Projeto de Lei nº 0135.4/2015, que altera o inciso II e acrescenta parágrafo ao art. 4º da Lei nº 16.068 de 2013, e adota outras providências, exarou parecer favorável que, posto em discussão foi cedido vista em gabinete ao deputado Marcos Vieira; o Projeto de Lei nº 0124.1/2015, que declara de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento São João Maria II de Fraiburgo, exarou parecer pela realização de diligência que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; devolução voto vista ao projeto de Lei nº 0381.5/2013, que dispõe sobre a celebração de convênios entre a Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (CELESC) e os pequenos e médios produtores rurais, para a compra de geradores de energia elétrica, exarou parecer favorável ao relator que, posto em discussão foi cedido vista em gabinete ao deputado João Amin. O **Deputado João Amin** devolveu o voto vista ao Projeto de Lei nº 0029.3/2015, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de hidrômetro de consumo global e por unidade autônoma de água nas edificações prediais horizontais e/ou verticais e adota outras providências, exarou parecer favorável com emenda Modificativa que, posto em discussão, foi cedido vista em gabinete ao deputado Silvío Dreveck; o Projeto de Lei nº 0324.7/2014, que declara de utilidade pública a Associação Santec de Taekwondo, de Santo Amaro da Imperatriz, exarou parecer favorável a matéria que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. A **Deputada Luciane Carminatti** relatou o Projeto de Lei nº 0103.7/2015, que reconhece o município de Peritiba como a Capital Catarinense do KerbFest, exarou parecer favorável que, posto em discussão, foi cedido vista em gabinete ao deputado Silvío Dreveck; o Projeto de Lei nº 0059.9/2015, que autoriza a doação de imóvel no município de Joaçaba (Escola Municipal Rotary Fritz Lucht), exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Ricardo Guidi** relatou o Projeto de Lei nº 0240.4/2013, que reconhece o município de Massaranduba como a Capital Catarinense do Peixe, exarou parecer pela realização de diligência que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0078.1/2015, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores da Localidade de Anta Gorda, no município de Canoinhas, exarou parecer pela realização de diligência que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Darci de Matos** relatou o Projeto de Lei nº 0126.3/2015, que autoriza a doação de imóvel no município de Joinville (abrigar nova escola de Ensino Fundamental), exarou parecer favorável a matéria que, posto em discussão e votação, foi aprovado

por unanimidade. O **Deputado Mauro de Nadal** relatou o Ofício nº 0327.6/2014, que Solicita a alteração da Lei nº 2.512 de 1960, que solicita a alteração da Lei nº 2.512 de 1960, que declara de utilidade pública a Sociedade Hospitalar Mondai, de Mondai, exarou parecer favorável a matéria que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e dos demais presentes e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe da Secretaria, lavrei a Ata que, após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2015.

Deputado Mauro de Nadal

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 9 HORAS DO DIA 19 DE MAIO DE 2015.

Às nove horas do dia dezanove de maio do ano de dois mil e quinze, sob a Presidência do Deputado Silvío Dreveck, que substituiu o Deputado Mauro de Nadal, por conta do falecimento de sua mãe Maria Isabel de Nadal, que será sepultada hoje às 16 horas. Reuniram-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: João Amin; José Nei A. Ascari; Jean Kuhlmann, substituindo Ricardo Guidi; Luciane Carminatti e Narcizo Parisotto. Os deputados Marcos Vieira; Mauro e Valdir Cobalchini justificaram sua ausência. Aberto os trabalhos, o Presidente em exercício dispensou a ata da reunião anterior que será lida na próxima reunião. O **Deputado José Nei Ascari** transmitiu ao deputado Mauro de Nada, I mesmo ausente e a todos os seus familiares, seus sentimentos de pesar pelo falecimento da sua mãe, logo após o deputado relatou o Projeto de Lei Complementar nº 0007.3/2015, que altera a redação dos arts. 1º e 2º da Lei Complementar nº 281 de 2005, que regulamenta o art. 170, os arts. 46 a 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual e estabelece outras providências, para incluir as Instituições de Ensino Superior Municipais, Públicas e gratuitas, mantidas com recursos municipais, exarou parecer pela rejeição que, posto em discussão e votação, foi cedido vista em gabinete a deputada Luciane Carminatti. O **Deputado João Amin** cumprimentou o deputado Mauro desejando seus pêsames e boas vibrações a todos os familiares, mesmo esse não estão presente, logo após relatou o Projeto de Lei nº 0107.0/2015, que altera a Lei nº 5.684 de 1980 que dispõe sobre o serviço público de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros e adota outras providências, exarou parecer pela realização de diligência que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Narcizo Parisotto** informou não haver nada para relatar. A **Deputada Luciane Carminatti** informou não haver nada para relatar. O **Deputado Silvío Dreveck** relatou o Projeto de Lei nº 0120.8/2015, que dispõe sobre o atendimento preferencial às pessoas com "Diabetes Mellitus" no Estado de Santa Catarina, exarou parecer pela realização de diligência que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0125.2/2015, que autoriza a concessão de uso de imóvel no município de Blumenau (Sociedade Casa da Esperança), exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e dos demais presentes e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe da Secretaria, lavrei a Ata que, após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2015.

Deputado Silvío Dreveck

Presidente em exercício

*** X X X ***

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA, REALIZADA NA DATA DE 15 DE ABRIL DE 2015, ÀS 18 HORAS, NA SALA DE IMPRENSA.

Às dezoito horas, do dia quinze de abril do ano de dois mil e quinze, reuniram-se, sob a Presidência do Deputado Dirceu Dresch, os Deputados: Dalmo Claro, Luiz Fernando Vampiro e Natalino Lazare, estavam presentes também na reunião o Juiz-Corregedor Alexandre Karazawa Takaschima e Padre Wilson Groh. Dando prosseguimento o presidente agradeceu a presença de todos.

Ao iniciar o reunião o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Deputado Dirceu Dresch passou a palavra ao **Juiz-Corregedor Alexandre Karazawa Takaschima** que pediu à comissão apoio na formação de um comitê estadual de combate à tortura e na criação de uma mecanismo para fiscalização e identificação dos

casos de tortura em Santa Catarina, ainda com a palavra Alexandre Karazawa Takaschinma falou sobre a importância da realização de uma audiência pública sobre a redução da maioridade penal, onde destacou o seguinte: *"É uma audiência não só para reforçar o debate sobre a maioridade penal, mas também para discutir a Segurança Pública"*. Em seguida **Padre Vilson Groh**, responsável por um projeto de atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco social em Florianópolis, apresentou dados apontando que a prevenção, ou seja, o investimentos em políticas públicas de assistência aos jovens, é a melhor maneira para se reduzir a criminalidade. Enquanto o adolescente assistido por um programa social custa R\$ 360,00 ao mês, um jovem em um centro de ressocialização exige em gasto de R\$ 3 mil do poder público por mês. *"Não é justo dizer que esses jovens não querem sair do crime. Eles precisam de oportunidade. Tenho caso de ex-líder do tráfico, de assalto que hoje está numa faculdade"*, comentou Groh. Dando prosseguimento, os Deputados Membros da Comissão de Direitos Humanos efetuaram a leitura dos seguintes pareceres: **01. PL./0422.8/2011**, Institui a Semana da Prevenção Aborto no Estado social Santa Catarina; **02. PL./0046.4/2015**, Institui a Campanha Setembro Verde, no estado de Santa Catarina; **OF./0020.1/2015**, Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Centro Espírita Caridade de Jesus, de São Francisco do Sul, referente ao exercício de 2014; **OF./0627.4/2014**, Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Sociedade Evangélica Desafio Jovem Rosa de Sarom, de Joinville, referente aos exercícios de 2012 e 2013; **OF./0020.1/2015**, Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Comunidade Evangélica de Joinville, referente ao exercício de 2014; **OF./0003.0/2015**, Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Cultural, Social e Terapêutica da Região da AMUREL, de Laguna, referente ao exercício 2013 e 2014; **OF./0004.1/2015**, Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Moradores do Bairro Nova Brasília, de Sombrio, referente ao exercício 2013; **OF./0005.2/2015**, Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Beneficente Família Feliz, de Içara, referente ao exercício 2014; **OF./0019.8/2015**, Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Instituição Casa da Fraternidade, de Araranguá, referente ao exercício 2014. **Todos aprovados por unanimidade. O Deputado Dirceu Dresch pediu vista do seguinte processo: PL./0057.7/2012**, Dispõe sobre a obrigatoriedade de identificação por parte do comprador de produtos fumígenos e derivados de tabaco. **O Deputado Dalmo Claro pediu vistas dos seguintes processos: PL./0084.0/2012**, Dispõe sobre a presença obrigatória do Corretor de Seguros ou de seu representante legal em todos os estabelecimentos que comercializam seguros, no Estado de Santa Catarina; **PL./0057.7/2012**, Dispõe sobre a obrigatoriedade de identificação por parte do comprador de produtos fumígenos e derivados de tabaco; **PL./0128.5/2013**, Assegura aos usuários dos estabelecimentos de saúde informação sobre os profissionais escalados para prestação de serviço. **Como deliberação aprovou-se: 1.** Solicitação de Audiência Pública sobre "A proposta de emenda Constitucional (PEC 171/93) que reduz a maioridade penal no Brasil". **2.** Solicitação de Audiência Pública sobre "A situação social dos Haitianos no Brasil". Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião, da qual eu, Ricardo Almeida, Chefe de Secretaria, lavei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Deputado Dirceu Dresch

Presidente da Comissão de Direitos Humanos

*** X X X ***

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA, REALIZADA NA DATA DE 21 DE MAIO DE 2015, ÀS 11 HORAS, NA SALA DE IMPRENSA.

Às onze horas, do dia vinte e um de maio do ano de dois mil e quinze, reuniram-se, sob a Presidência do Deputado Dirceu Dresch, os Deputados: Ismael dos Santos, Luiz Fernando Vampiro e Natalino Lazare.

Ao iniciar o reunião o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Deputado Dirceu Dresch agradeceu a presença e de todos. Dando prosseguimento o Presidente apresentou o requerimento de solicitação de **Audiência Pública** da Deputada **Luciane Carminatti** para promover o debate sobre a temática "**2**

anos da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina", que foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião, da qual eu, Ricardo Almeida, Chefe de Secretaria, lavei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Deputado Dirceu Dresch

Presidente da Comissão de Direitos Humanos

*** X X X ***

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA, DA 1ª SESSÃO DA 18ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DE 2015, ÀS 11 HORAS NA SALA UM DAS COMISSÕES.

Às 11 horas do dia 15 de abril de dois mil e quinze, o Presidente da Comissão de Pesca e Aquicultura, **NEODI SARETTA** abriu os trabalhos da reunião da comissão, agradecendo a presença dos Senhores deputado presentes, **Deputado Vampiro e Deputado Dalmo**. Hilário Gustzeneg, diretor da Secretaria de agricultura e Pesca, senhor Sérgio da Costa (Oceanógrafo) e diretor da Pesca, Senhor Marcati, Gerente da Pesca e Aquicultura. Estivemos na Secretaria semana passada convidando para encaminhar os senhores responsáveis pela Pesca e Aquicultura para uma breve apresentação do trabalho da Secretaria e logo em seguida daremos os encaminhamentos. O Deputado Vampiro perguntou sobre a vinda do senhor Ministro da Pesca e se os membros da Comissão receberam o convite, o Deputado Neodi Saretta diz que recebemos convite para amanhã às dez horas com o Ministro e o Governador na Epagri, e onze horas reunião com Aquiculturas e Maricultores da Região do entorno, e logo seguirá para Laguna (quinta) e depois irá para Itajaí (sexta), sem nada definido. Senhor Hilário pediu desculpas pela ausência do Secretário da Agricultura e Pesca Sr. Moacir Sopelsa, que está no Oeste com o Secretário Gavazoni e o Governado Raimundo Colombo. Focaremos as estratégias que adotaremos durante quatro anos para transformar a cadeia alimentar na área da Aquicultura e Pesca, a visão que precisamos pensar o Estado de Santa Catarina o peixe na água salgada (mar) e água doce (continente), transformar a cadeia produtiva como transformará a cadeia de Suínos, aves e outros tantos. Não é um processo de um dia para o outro. Estamos construindo, além dos programas que estão em andamento. Temos que focar quatro eixos: 1-Maricultura: Área da inspeção é referência, pois já somos na produção no Estado. Se quisermos consolidar os mercados, somos acostumados a comprar o produto direto do produtor sem nenhuma inspeção, pois é de nossa cultura, melhoramento de sementes. Estamos em processo para definir as áreas de produção. Será definida cada área de cada produtor na costa catarinense onde existem várias fazendas com bóias laranja. Na área de cultivo de marcos algas, extrato para sabonetes tem que ter autorização em Santa Catarina, pois hoje só o Rio de Janeiro. 2- Piscicultura, potencial é tanto quanto maior, temos duas áreas principais, estamos 169 pequenos agricultores familiares no estado. Armazenamento, poço artesiano para atendimento das pessoas humanas, e a cisterna que é para os animais. Temos que avançar mais, pois estamos perdendo safras. O exemplo do leite pode dobrar a produção de um ano para outro. Se tivermos a água armazenada termos condições de armazenar os peixes. Essas águas irão melhorar o lençol freático. Teremos condições política florestal na parte econômica ambiental, na parte hídrica. A terceira linha é na área da carneicultura, estamos com experimento talvez não só o camarão, e por fim a pesca tanto artesanal como a industrial. Temos que criar uma política de Estado mais forte e aí entra no processo de beneficiamento e industrialização. São quatro eixos estratégicos e contamos com a Comissão de Pesca e Aquicultura, licenciamento, são várias questões para serem trabalhadas. Teremos que estarmos articulado, para coletivamente estarmos antenados e quando forem definidos e tiver um resultado positivo. Registramos a presença dos **Deputados, José Milton, Rodrigo Minoto e Patrício Destro**. Passaremos para o Serginho que falou sobre a pesca industrial Pesca Artesanal e Maricultura e Aquicultura. Piscicultura de água doce. A Pesca representa a maior parte, mas a aquicultura tem parte grande. Questão importante é o de inspeção que não avançou, pois a manipulação é muito rudimentar. Inspeção municipal, transformação da maricultura em rotas gastronômicas, será encaminhada para Assembleia. Campanhas educativas, a Epagre tem feito várias campanhas, pois sabemos que nem tudo está dentro da lei. Projeto importante é a ocupação desordenada para área da piscicultura, não tinham regulamentação. Colocar os lotes de uma forma organizada, pois os projetos que prevê as áreas que estão hoje em áreas não legais para as áreas legais.

Esse processo vai começar agora, e depois o pessoal vai migrar para as áreas legais. Outro item importante é a de produção de mexilhão. A questão do monitoramento sanitário, se não tiver esse controle, terá problemas na saúde. Quarenta pontos têm que ser monitorados, exemplo: maré vermelha. Outro projeto é monitoramento ambiental, cultivo que está dentro do ambiente costeiro, dentro desse projeto está previsto um cadastro de cada produtor, para trazer informações. Uma atividade é o da Macroalga, uma espécie que é uma alga exótica e em Santa Catarina não tem permissão, hoje tem problemas de poluição, ela ajuda a qualidade da alga. Ajuda na parte de cosmético. A Proposta é a implantação de um centro de pesquisa para implantar um laboratório para reprodução de algumas espécies no tanque rede, espécies que não cultivamos como linguado. Hoje temos um técnico e não temos uma estrutura para estudar e cultivar outras espécies. Na piscicultura, passou pela Alesc e está em discussão, viva disciplinar a piscicultura, para fazermos licenciamento ambiental. Pretendemos dar continuidade, questão de importação de matriz de carpa. Questão do melhoramento da tilápia. Cultivo de peixes em tanque rede não produziu, pois é uma questão de legislação. Implantação do seguro de camarões, água tratada para se evitar o vírus da mancha branca, através de linha de crédito. Sobre a tainha, tem um descrêsemos muito grande, tanto para o setor pesqueiro, a ova tem um valor agregado muito grande. Falando um pouco da pesca, fazer o levantamento estatístico da pesca artesanal, pois são importantes para se dimensionar, apoio as colônias de pescadores. Ordenamento pesqueiro é uma questão importante, hoje é feito entre o ministério da pesca e o Ministério do meio ambiente que não estão se entendendo. Hoje temos situações que parte do produto pescado ele ta sendo processado em salgas ou familiares ou para indústrias, fora de todas as condições higiênicas sanitárias. Questão de melhoria de estrutura de apoios são 331 unidades pesqueiras, para de alguma forma atender através do ministério, prefeitura. O **Deputado José Nilton** parabeniza a apresentação feita, Santa Catarina diz, somos líderes no mercado, e parece que não nos voltamos para isso, falta de pesquisa para desenvolver nosso potencial, pois a pesca vai além do barco, temos que ser otimistas em relação a isso. Na Pesca temos um caminho infinito, pois tem barcos de Santa Catarina que não tem autorização. Gostaria de saber se a Secretaria tem projetos para licenças? Pescadores artesanais? O **Deputado Vampiro** fala e diz que tem a mesma preocupação do Deputado José Milton, a vinda do Ministro da Pesca e a conversa com o governador tem uma pauta de discussões e reivindicações? O representante da Secretaria fala que depois que foi criado o Ministério da Pesca Sr Marcate fala que a pesquisa é o fator mais importante, existia um convênio com a UNIVALI para se fazer pesquisa, o Ministério contratou a UNIVALI, e fez até um ponto e depois o Ministério cortou convênio com a UNIVALI e a Secretária não sabe por quê? Nós precisávamos o resultado, pois o Maranhão dizendo que era o primeiro produtor e isso não pode, pois só pode dizer quem tem pesquisa. Foram 400 mil reais para a UNIVALI publicasse e que comprovasse que Santa Catarina é o primeiro em pecados. Sem pesquisa não se faz nada. Esse barco é do IBAMA (Icembio), outra coisa é a velha discussão, a pesca da tainha é dia primeiro ou dia quinze? Um absurdo que existe, os dois Ministérios ficam brigando, está vindo o inicio da pesca e não sabemos. O Deputado Patrício Destro do PL 203/2014, que denomina centreville, e vota favorável ao projeto Deputado Darci de Matos. Deputado **NEODI SARETTA** coloca em votação e aprova encerrou a presente reunião, da qual, eu LUCIANE DUTRA MEURER, chefe de secretaria da comissão, digitei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor deputado **NEODI SARETTA** que presidiu a reunião. Florianópolis, em quinze de abril de dois mil e quinze.

Deputado Neodi Saretta
Presidente CPA
*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 059/2015

REFERENTE: 10º Termo Aditivo de 30/04/2015, referente ao Contrato CL nº 096/2011-00, celebrado em 15/12/2011.
CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Ondrepsb Limpeza e Serviços Especiais Ltda.
OBJETO: O presente termo aditivo tem por finalidade:
1) Revisar o valor atual do contrato em face do desequilíbrio provocado pelas ações da Medida Provisória do Governo Federal nº 664, de 30/12/2014, reequilibrando em 0,26%.

2) Referida Medida Provisória modificou a redação do § 3º do art. 80 da Lei nº 8.213,1991, alterando em 100% o auxílio de doença do trabalhador terceirizado, fazendo com que a contratada passe a ser a responsável pelo pagamento dos primeiros 30 dias de afastamento da atividade do empregado por motivo de doença ou acidente de trabalho e não mais somente pelos primeiros 15 dias, conforme ditava a lei anterior.

VALOR MENSAL: R\$ 2.234.801,75 para R\$ 2.240.581,74, redundando num aumento mensal de R\$ 5.780,71.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, § 5º, da Lei nº 8.666/93; Ato da Mesa nº 128, de 27/02/2015 e; Autorização administrativa.

Florianópolis/SC, 28 de maio de 2015

Carlos Alberto de Lima Souza - Diretor-Geral

Fabrcio Jose Satiro de Oliveira - Diretor Administrativo

Luiz Hermes Bordin - Diretor

*** X X X ***

EXTRATO Nº 060/2015

REFERENTE: 05º Termo Aditivo de 30/04/2015, referente ao Contrato CL nº 023/2012-00, celebrado em 05/07/2012.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Softwarenews Comércio e Serviços de Informática Ltda.

OBJETO: O presente termo aditivo tem por finalidade:

1) Reajustar o contrato original em 6,24% correspondente à variação do IGPM/FGV, apurado no período de julho/2013 a junho/2014, com eficácia a partir da competência 1º de julho/2014, passando o valor mensal do contrato de R\$ 1.738,19 para R\$ 1.846,80, representando um acréscimo mensal de R\$ 108,61.

2) Efetuar o pagamento retroativo referente aos meses de julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2014 + janeiro, fevereiro e março de 2015, cujo montante soma o valor de R\$ 977,49.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, II, "d" c/c § 8º, da Lei 8.666/93; Item 3.4 da Cláusula Terceira do Contrato original; Ata da Mesa nº 128, de 27/02/2015 e, Autorização Administrativa.

Florianópolis/SC, 28 de maio de 2015

Carlos Alberto de Lima Souza - Diretor-Geral

Fabrcio Jose Satiro de Oliveira - Diretor Administrativo

Dimer Michel Monteiro Maia - Representante Legal

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 154/15

Ofício nº 025/2015 Joaçaba, 14 de maio de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Joaçaba, referente ao exercício de 2014.

Sandra Piculi Fuga
Secretária Executiva

Lido no Expediente
Sessão de 26/05/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 155/15

Of. nº 026/APAE/2015 São Carlos, 11 de maio de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Carlos (APAE), referente ao exercício de 2014.

Joarez Bedin
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 26/05/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 156/15

Ofício nº 016/2015 - 2º GBM Papanduva, 04 de maio de 2015
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Sociedade do Corpo de Bombeiros Voluntários Papanduva, de Papanduva, referente ao exercício de 2014.

Lourival Mattos da Costa
Comandante

Lido no Expediente
Sessão de 26/05/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 157/15

Ofício nº 09/15 - IN Florianópolis, 18 de maio de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Instituto Noah, de Florianópolis, referente ao exercício de 2014.

Andre Luiz Guimarães
Diretor-Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 26/05/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 158/15

Ofício 09/2015 Ascurra, 14 de maio de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Moradores do Bairro Estação, de Ascurra, referente ao exercício de 2014.

Pedro Berlanda
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 26/05/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 159/15

Ofício Pres. nº 339/2015 Florianópolis, 21 de maio de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Federação Catarinense de Associações de Municípios (FECAM), em Florianópolis, referente ao exercício de 2014.

Alexandre Alves
Diretor Executivo

Lido no Expediente
Sessão de 26/05/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 160/15

Joinville, 31 de março de 2015
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Beneficente Renascer, de Joinville, referente ao exercício de 2014.

Jorge Luiz da Silva
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 26/05/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 161/15

Ofício nº 42/2015 Lauro Muller, 20 de maio de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Lauro Müller, referente ao exercício de 2014.

Valdoir José Vitorio
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 26/05/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 162/15

Ofício 029/2015 São Miguel do Oeste, 15 de maio de 2015
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Comercial e Industrial de São Miguel do Oeste (ACISMO), referente ao exercício de 2014.

Vilmar Lima de Souza
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 26/05/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 163/15

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Ponte Serrada, referente ao exercício de 2014.

Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 26/05/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 164/15

Timbó, 21 de abril de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Desportiva, Recreativa e Cultural Liberdade de Timbó, referente ao exercício de 2014.

Mário Prada
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 26/05/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 165/15

Ofício nº: 30/2015 Taió, 19 de maio de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Hospital Maternidade Dona Lisette, de Taió, referente ao exercício de 2014.

Úrsula Hosang
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 26/05/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 166/15

Lages, 14 de maio de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Sociedade de Assistência Social, Educacional e de Apoio aos Desamparados de Lages (SASEADLA), referente ao exercício de 2014.

Ana Paula Paggi
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 26/05/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 167/15

OF.:061/2015 Criciúma, 07 de maio de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Beneficente ABADEUS, de Criciúma, referente ao exercício de 2014.

Gerço Gomes Monteiro
Diretor Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 26/05/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 168/15

Ibirama, 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Sociedade Escolar Hamônia, de Ibirama, referente ao exercício de 2014.

Manfrid Koepsel
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 26/05/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 169/15

Dionísio Cerqueira, 20 de maio de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Recreativa e Cultural Nacional, de Dionísio Cerqueira, referente ao exercício de 2014.

Cleiton Weizenmann
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 26/05/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 170/15

Joinville, 11 de maio de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Comunidade Evangélica de Joinville, referente ao exercício de 2014.

Francisco Carlos Brunken Fº
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 26/05/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 171/15

Concórdia, 18 de maio de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Hospital São Francisco, de Concórdia, referente ao exercício de 2014.

Antonio Mendes Freitas
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 26/05/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 172/15

Ofício 029/2015 São Miguel do Oeste, 15 de maio de 2015
Solicita a alteração da Lei nº 14.979, de 2009, que declara de utilidade pública a Associação Comercial e Industrial de São Miguel do Oeste (ACISMO).

Vilmar Lima de Souza
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 27/05/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 173/15

CE Nº 13 Praia Grande, 22 de maio de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Praia Grande, referente ao exercício de 2014.

Lúcia Preto Pereira Destro
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 27/05/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 174/15

Ofício nº 0004/2015 Criciúma, 15 de maio de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Ginásio e Escola Normal Madre Tereza Michel, de Criciúma, referente ao exercício de 2014.
Irmã Maria do Socorro Pereira Galo
Diretora Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 27/05/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 175/15

Ofício nº 57/2015 Canelinha, 24 de abril de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Canelinha, referente ao exercício de 2014.
Maria das Neves Sousa
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 27/05/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 176/15

Ofício nº 134/15 Lages, 22 de maio de 2015
Encaminha documentação para a manutenção de título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Beneficente Seara do Bem, de Lages, referente ao exercício de 2014.
Wilson Ribeiro dos Santos
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 27/05/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 177/15

Ofício nº 109/2015 Chapecó, 26 de maio de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Chapecó (APAE), referente ao exercício de 2014.
Edgeu Paulo Rotava
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 27/05/15

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 0192.2/2015**

Estabelece restrição para comercialização de aparelhos eletrônicos que alterem o número de Identificação Internacional de Equipamento Móvel (IMEI) dos aparelhos de telefonia móvel celular e similares e adota outras providências.

Art. 1º A comercialização de aparelhos eletrônicos destinados a alterar o número de Identificação Internacional de Equipamento Móvel (IMEI) dos aparelhos de telefonia móvel celular ou similares dependerá de autorização específica, a ser expedida pela Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, consideram-se aparelhos destinados a promover alterações no IMEI aqueles que, mediante recursos de *hardware* e/ou *software* permitam a seu operador alterar, total ou parcialmente, ou excluir a identificação numérica originalmente inserida pelo fabricante.

Art. 2º Fica proibida a comercialização de programas de computador que permitam alterar, total ou parcialmente, ou excluir o IMEI de equipamentos de telefonia celular ou similares.

Art. 3º A violação do disposto nesta Lei sujeitará o infrator à apreensão do estoque disponível no estabelecimento e à cassação da inscrição no Cadastro de Contribuintes do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).

§ 1º Observado o contraditório e a ampla defesa, a cassação da inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS será aplicada pela Secretaria de Estado da Fazenda, que poderá determinar, liminarmente, a suspensão da eficácia da Inscrição Estadual.

§ 2º A cassação da inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS, prevista no *caput* deste artigo, implicará aos sócios, pessoas físicas ou jurídicas, em comum ou separadamente:

I - o impedimento de exercerem o mesmo ramo de atividade, ainda que em estabelecimento distinto; e

II - a proibição de apresentarem pedido de inscrição de nova empresa, no mesmo ramo de atividade.

§ 3º As restrições previstas nos itens I e II do § 2º deste artigo prevalecerão pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da data de cassação da Inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS.

Art. 4º A fiscalização do cumprimento desta Lei competirá à Secretaria de Estado da Segurança Pública e à Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição Estadual.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado Valmir Comin

Lido no Expediente
Sessão de 27/05/15

JUSTIFICATIVA

Trago à consideração deste Parlamento a presente proposição, que restringe a comercialização de aparelhos eletrônicos destinados a promover alteração no número de Identificação Internacional de Equipamento Móvel (IMEI) dos aparelhos de telefonia móvel celular e similares.

Com a presente proposta, busca-se inibir o comércio irregular de dispositivos que permitam a reativação e, consequentemente, a revenda no mercado dos aparelhos produtos de ilícitos, coibindo, assim, a prática de outros crimes, tais como receptação e estelionato.

É prevista, ainda, a imposição de penalidade administrativa pela eventual comercialização dos dispositivos mencionados sem a necessária autorização policial, resultando, o descumprimento da norma, na apreensão do estoque disponível no estabelecimento infrator e pelo cancelamento da Inscrição Estadual no Cadastro de Contribuintes do ICMS.

Em razão do acima exposto, obrigatoriamente, a fiscalização do cumprimento da legislação ora proposta, deverá competir, conjuntamente, às Secretarias de Estado da Segurança Pública e da Fazenda, na forma de Regulamento a ser editado posteriormente pelo Poder Executivo.

A medida ora apresentada é um importante passo no incremento da Segurança Pública, desestimulando os crimes de roubo, furto e receptação de aparelhos celulares e similares.

Deputado Valmir Comin

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 193.3/2015

Declara de utilidade pública a Associação Paz em Cristo, de Palhoça

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Paz em Cristo, com sede no Município de Palhoça.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Mário Marcondes

Lido no Expediente
Sessão de 27/05/15

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração dos nobres Pares o presente projeto de lei, que visa declarar de utilidade pública a Associação Paz em Cristo, com sede no Município de Palhoça.

A entidade tem como finalidades realizar campanhas de mobilização de interesse público, promover a defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural e aos direitos humanos, assim como estimular o diálogo e a solidariedade entre os diferentes segmentos sociais, auxiliando pessoas menos favorecidas.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a Associação Paz em Cristo usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, razão pela qual submeto aos Senhores Deputados o presente projeto de lei.

Deputado Mário Marcondes.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0194.4/2015

Declara de utilidade pública o Grupo Escoteiro São João Batista - 98 GE, de São João Batista.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Grupo Escoteiro São João Batista - 98 GE, com sede no Município de São João Batista.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Ismael dos Santos

Lido no Expediente

Sessão de 27/05/15

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração dos nobres Pares o presente projeto de lei, que visa declarar de utilidade pública o Grupo Escoteiro São João Batista - 98 GE, com sede no Município de São João Batista.

A entidade tem como finalidades desenvolver o Escotismo, sob a supervisão dos órgãos de nível regional e nacional; representar os membros do Grupo Escoteiro junto aos poderes públicos, aos setores da atividade municipal e ao Movimento Escoteiro Regional e Nacional; propiciar a educação não formal, valorizando o equilíbrio ambiental e o desenvolvimento do Escotismo, em sua localidade.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, razão pela qual solicito o acolhimento da presente proposição.

Deputado Ismael dos Santos

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0195.5/2015

Dispõe sobre a obrigatoriedade das agências bancárias de disponibilizar bebedouro, banheiros e caixas eletrônicos adaptados aos clientes e usuários, no âmbito do Estado de Santa Catarina, e adota outras providências.

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a obrigatoriedade de agências bancárias no Estado de Santa Catarina disponibilizarem a clientes e usuários, no interior de suas dependências, bebedouro com água potável, banheiros e caixas eletrônicos adaptados para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Art. 2º As agências bancárias estabelecidas no Estado de Santa Catarina deverão dispor a seus clientes e usuários, no interior de suas dependências, bebedouro com água potável e banheiros, de forma a permitir fácil localização e acesso.

Art. 3º Os banheiros e os caixas eletrônicos devem estar adaptados para o uso de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Parágrafo único. A instalação ou adaptação dos banheiros às condições de acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, dar-se-á em conformidade com as disposições da Lei federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e com o disposto nesta Lei.

Art. 4º Os bebedouros, seus componentes ou material aplicado devem satisfazer às condições mínimas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e apresentar selo de qualidade ISO.

Art. 5º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

I - advertência por escrito, na primeira autuação, pela autoridade estadual competente; e

II - multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por infração, dobrada no caso de reincidência, a qual será reajustada, anualmente, com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM/FGV), ou por índice que vier a substituí-lo.

Parágrafo único. Os recursos oriundos da arrecadação das multas serão recolhidos em favor do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor, do Estado de Santa Catarina.

Art. 6º As agências bancárias têm o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para se adequarem às disposições desta Lei, a contar da data de sua publicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Rodrigo Minoto

Lido no Expediente

Sessão de 27/05/15

JUSTIFICATIVA

As agências bancárias, de um modo geral, não disponibilizam banheiros nem bebedouros para seus clientes.

Os usuários do sistema bancário oficial ou privado enfrentam longas filas de espera tendo que permanecer no local por tempo indeterminado e se saem do local perdem seu lugar na fila.

Essa situação é ainda mais grave quando se trata de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, apesar de a Lei federal nº 10.098, de 2000, conhecida como lei da acessibilidade, estabelecer em seu art. 11, inciso IV, o seguinte:

Art. 11. A construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

[...]

IV - os edifícios deverão dispor, pelo menos, de um banheiro acessível, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Ainda assim, passado mais de 14 (quatorze) anos desde a edição da Lei Federal destacada, muitas agências bancárias não se adaptaram para cumprir as exigências da lei.

O mesmo se pode dizer sobre a não disponibilização de bebedouros com água potável e caixas eletrônicos adaptados para seus clientes, fato que também afeta o bem-estar das pessoas.

Portanto, cumpre enfatizar que a determinação objeto da proposta legislativa que apresentamos veicula regras destinadas a assegurar **conforto, respeito à dignidade, saúde e segurança** dos clientes (consumidores) dos serviços bancários, razão pela qual solicitamos o apoio dos nobres Pares para a sua aprovação.

Deputado Rodrigo Minotto

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0196.6/2015

Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Hospitalar Witmarsum - AHWI, com sede no município de Witmarsum.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Hospitalar Witmarsum - AHWI, com sede no município de Witmarsum.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado José Milton Scheffer

Lido no Expediente

Sessão de 28/05/15

JUSTIFICATIVA

Submeto à consideração de Vossas Excelências projeto de lei que visa declarar de utilidade pública estadual, a Associação Hospitalar de Witmarsum, com sede no município de Witmarsum.

Assim, tendo em vista a relevância dos propósitos e objetivos em que se pauta a atuação da referida entidade, que é sem fins econômicos e lucrativos, em especial relevo, as de promoção gratuita da assistência à saúde, visando sempre o interesse público, o benefício da comunidade e a elevação do nível de saúde da população, atuando ainda, em campanhas solidárias de cunho filantrópico, dentre outras.

Na linha dos serviços de assistência à saúde prestados ao público em geral, atendendo solicitação da própria entidade que necessita deste reconhecimento para poder celebrar atos e convênios com órgãos públicos estaduais, com objetivo de atender as suas finalidades estatutárias, entendemos ser de inteira justiça o presente pleito.

Por conseguinte, solicitamos aos Nobres Pares, o apoio e acolhimento da proposição para que a entidade possa usufruir dos direitos e vantagens da legislação vigente.

Deputado José Milton Scheffer

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 046/2015

Institui a Campanha Setembro Verde, no Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Campanha Setembro Verde, a ser realizada, anualmente, no mês de Setembro, com o objetivo de promover a conscientização da população catarinense em relação a hábitos de consumo e seus consequentes impactos socioambientais, incentivando-a a adotar um comportamento de consumo ecologicamente sustentável e responsável.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 27 de maio de 2015.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 087/2015

Denomina Balduino Domingos Bacci o Ginásio da Escola de Ensino Básico Visconde de Cairú, no Município de Lages.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica denominado Balduino Domingos Bacci o Ginásio da Escola de Ensino Básico Visconde de Cairú, localizada no Bairro Vila Nova, no Município de Lages.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 27 de maio de 2015.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 129/2015

Denomina Gecy Fernandes Suppi o Ginásio de Esportes da EEB Padre Antônio Vieira, no Município de Anita Garibaldi.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica denominado Gecy Fernandes Suppi o Ginásio de Esportes da EEB Padre Antônio Vieira, no Município de Anita Garibaldi.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 27 de maio de 2015.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 012/2015

Altera o art. 10 da Lei Complementar nº 345, de 2006, que dispõe sobre o Plano de Carreiras dos servidores da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e estabelece outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º O art. 10 da Lei Complementar nº 345, de 7 de abril de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10.” (NR)

§ 1º O Valor Referencial de Vencimento (VRV) de que trata o caput deste artigo fica fixado em R\$ 325,24 (trezentos e vinte e cinco reais e vinte e quatro centavos).

.....” (NR)

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão por conta da dotação orçamentária própria do orçamento da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de abril de 2015.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 27 de maio de 2015.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 0017.5/2014

O Projeto de Lei Complementar nº 0017.5/2014 passa a ter a seguinte redação:

“PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 0017.5/2014

Cria cargos de Analista Técnico e Técnico Administrativo no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Ficam criados 50 (cinquenta) cargos de Analista Técnico da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, observado o seguinte cronograma de provimento:

I - 25 (vinte e cinco) cargos a partir da publicação desta Lei Complementar; e

II - 25 (vinte e cinco) cargos a partir de julho de 2015.

Art. 2º Ficam criados 40 (quarenta) cargos de Técnico Administrativo da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, observado o seguinte cronograma de provimento:

I - 20 (vinte) cargos a partir da publicação desta Lei Complementar; e

II - 20 (vinte) cargos a partir de julho de 2015.

Art. 3º Os Anexos VI e VII da Lei Complementar nº 575, de 2 de agosto de 2012, passam a vigorar conforme a redação constante do Anexo Único desta Lei Complementar.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Sessões,

Deputado Silvio Dreveck

Relator

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 27/05/15

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 27/05/15

ANEXO ÚNICO

(Altera os Anexos VI e VII da lei Complementar nº 575, de 2012)

“ANEXO VI

NOMINATA DOS CARGOS DE ANALISTA TÉCNICO
DA DEFENSORIA PÚBLICA

DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE
Analista Técnico	100

”ANEXO VII

NOMINATA DOS CARGOS DE TÉCNICO ADMINISTRATIVO
DA DEFENSORIA PÚBLICA

DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE
Técnico Administrativo	80

” (NR)

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 0017/2014

Cria cargos de Analista Técnico e Técnico Administrativo no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Ficam criados 50 (cinquenta) cargos de Analista Técnico da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, observado o seguinte cronograma de provimento:

I - 25 (vinte e cinco) cargos a partir da publicação desta Lei Complementar; e

II - 25 (vinte e cinco) cargos a partir de julho de 2015.

Art. 2º Ficam criados 40 (quarenta) cargos de Técnico Administrativo da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, observado o seguinte cronograma de provimento:

I - 20 (vinte) cargos a partir da publicação desta Lei Complementar; e

II - 20 (vinte) cargos a partir de julho de 2015.

Art. 3º Os Anexos VI e VII da Lei Complementar nº 575, de 2 de agosto de 2012, passam a vigorar conforme a redação constante do Anexo Único desta Lei Complementar.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis 27 de maio de 2015.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

Anexo ÚNICO

(Altera os Anexos VI e VII da lei Complementar nº 575, de 2012)

“ANEXO VI

NOMINATA DOS CARGOS DE ANALISTA TÉCNICO
DA DEFENSORIA PÚBLICA

DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE
Analista Técnico	100

ANEXO VII

NOMINATA DOS CARGOS DE TÉCNICO ADMINISTRATIVO
DA DEFENSORIA PÚBLICA

DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE
Técnico Administrativo	80

” (NR)

*** X X X ***